



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

WALTER DOMINGOS BORGES GONÇALVES

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS AÇÕES POLÍTICAS:
O CASO DA ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES DE CABO VERDE - OMCV**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

WALTER DOMINGOS BORGES GONÇALVES

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS AÇÕES POLÍTICAS:
O CASO DA ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES DE CABO VERDE - OMCV**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título da Licenciatura em Ciências Sociais, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, Campus dos Malês.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Layla Pedreira Carvalho.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

G63m

Gonçalves, Walter Domingos Borges.

Os movimentos sociais e suas ações políticas : o caso da Organização das Mulheres de Cabo Verde - OMCV / Walter Domingos Borges Gonçalves. - 2022.
67 f. : il. color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês,
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2022.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Layla Daniele Pedreira de Carvalho.

1. Direitos das mulheres - Cabo Verde. 2. Discriminação de sexo contra as mulheres - Cabo Verde. 3. Mulheres - Identidade. I. Organização das Mulheres de Cabo Verde. II. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 305.409665

WALTER DOMINGOS BORGES GONÇALVES

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS AÇÕES POLÍTICAS:
O CASO DA ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES DE CABO VERDE - OMCV**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título da Licenciatura em Ciências Sociais, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, UNILAB - Campus dos Malês.

Aprovado em: 08/02/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Layla Pedreira Carvalho (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Rutte Cardoso Andrade

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Clarisse Goulart Paradis

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a deus pela vida, saúde e por todas as conquistas.

A minha mãe Maria Filomena Borges Gonçalves (Tchuca), por todo apoio incondicional mesmo separado pela distância.

Aos meus Irmãos Danilson e Helder e a minha irmã Sônia, gratidão pelo incentivo e força para chegar até aqui.

A minha companheira Caroline, por estar ao meu lado todos os dias, seja nos momentos ruins ou boa.

Ao meu primo Nilton (Totu) e todos os outros familiares, que de uma forma ou outra ajudaram a concretizar esse sonho.

Aos meus amigos/as que a UNILAB me deu, Emanuel, Eduardo, Nilton, Michel, Jacica, Giselle, Jair, Paulo e Divua, obrigado pelas festas, almoços e passeios nas horas vagas.

A minha Orientadora Layla, por toda ajuda, atenção e aprendizado.

A todos os colegas que através da UNILAB criamos um laço tanto na sala de aula como fora.

A coordenadora e assistente social da OMCV, pelo tempo concebido para realização de entrevistas.

Meus sinceros agradecimentos a UNILAB pela oportunidade de aprendizagem e crescimento.

RESUMO

A problemática de subalternização e desvalorização das mulheres (vista como objeto sexual) na sociedade remonta aos períodos coloniais e Cabo Verde não foge à regra. Portanto com o surgimento dos movimentos, organizações e instituições que lutam pela igualdade de gênero e a valorização das mulheres, o grupo vem travando lutas e conquistando espaços que por muito tempo lhes foram negados, com ênfase no reconhecimento dos seus direitos. Sendo assim, a pesquisa tem como objetivo entender as ações políticas, sociais e culturais adotadas pela Organização das Mulheres de Cabo Verde para que as mulheres cabo-verdianas tenham mais liberdade em diferentes áreas e espaços no qual se encontram em minoria e desvalorizadas. O resultado da pesquisa, evidencia que a organização vem desenvolvendo conjunto de ações, políticas, sociais em prol do empoderamento, a emancipação, a igualdade e equidade do gênero, dentre elas temos a implementação da lei de paridade parlamentar, o financiamento de empreendimento das mulheres, entre outras ações que potencializa o reconhecimento e a participação das mulheres no desenvolvimento da sociedade cabo-verdiana. Ademais, a pesquisa é um estudo de caso de natureza qualitativo, desenvolvido através de análise bibliográfica e entrevistas semiestruturas, aplicado à responsável da OMCV.

Palavras-chave: Direitos das mulheres - Cabo Verde. Discriminação de sexo contra as mulheres - Cabo Verde. Mulheres - Identidade. Organização das Mulheres de Cabo Verde.

ABSTRACT

The problem of subordination and devaluation of women (seen as a sexual object) in society dates back to colonial times and Cape Verde is no exception to the rule. Therefore, with the emergence of movements, organizations and institutions that fight for gender equality and the valorization of women, the group has been fighting struggles and conquering spaces that for a long time were denied to them, with emphasis on the recognition of their rights. Therefore, the research aims to understand the political, social and cultural actions taken by the Cape Verde Women's Organization so that Cape Verdean women have more freedom in different areas and spaces in which they are in a minority and undervalued. However, the result of the research shows that the organization has been developing a set of actions, policies, social in favor of empowerment, emancipation, gender equality and equity, among them we have the implementation of the parliamentary parity law, the financing of of women, among other actions that enhance the recognition and participation of women in the development of Cape Verdean society. Furthermore, the research is a case study of a qualitative nature, developed through bibliographic analysis and semi-structured interviews, applied to the person in charge of the OMCV.

Keywords: Cape Verde Women's Organization. Sex discrimination against women - Cape Verde. Women - Identity. Women's rights - Cape Verde.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Parceiros atuais da OMCV (2021)	44
Figura 2	Formação de artesanato e design	47
Figura 3	Encontro com as instituições parceiras do projeto turismo rural financiada pela PCN	48
Figura 4	Produções de máscaras comunitárias para as famílias vulneráveis	49
Figura 5	Eleições legislativas em Cabo Verde de 1975 até 2020	51

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	METODOLOGIA	12
1.2	ORGANIZAÇÃO DA MONOGRAFIA	14
2	CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: AS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	16
2.1	TEORIA DA MOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS - TMR	18
2.2	TEORIA DOS PROCESSOS POLÍTICOS - TPP	19
2.3	TEORIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS - TNMS	22
2.4	DEBATENDO OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM ÁFRICA	23
2.5	GÊNERO, DESIGUALDADE, IGUALDADE E EQUIDADE	28
2.6	EMPODERAMENTO	30
3	CAPÍTULO 2 - SURGIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM CABO VERDE: UMA APRECIÇÃO HISTÓRICA	33
3.1	SURGIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM CABO VERDE	35
4	CAPÍTULO 3 - O SURGIMENTO DA ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES DE CABO VERDE - OMCV E SUAS AÇÕES POLÍTICAS	41
4.1	O SURGIMENTO DA OMCV	41
4.2	A OMCV NA LUTA PELA IGUALDADE E EQUIDADE DO GÊNERO	45
4.3	OMCV E O EMPODERAMENTO E EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES	46
4.4	PARTICIPAÇÃO DA OMCV NA LUTA PELA CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE PARIDADE PARLAMENTAR	50
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	Referências	56
	Apêndices	59

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais de matriz político, progressista e conservadoras tem-se organizado historicamente em prol da defesa dos direitos civis e políticos nas sociedades. Desde a década de 1970¹ e com mais ênfase no século XXI, mais organizações surgem com as suas políticas voltadas para equidade de gênero - sendo elas principalmente feministas, mas também sem essa afiliação política declarada. Em que pesem os debates e os avanços produzidos em torno da ruptura das desigualdades de gênero e o fortalecimento das demandas das mulheres de todo o mundo, os processos de exclusão e opressão das mulheres se mantêm, uma vez que as mulheres (de maneiras diferentes em todo o mundo) seguem num lugar de opressão por parte dos homens, sofrem vários tipos de violências físicas e verbais nas sociedades e seguem tendo seus direitos humanos desrespeitados.

Os dados do relatório “Global Gender Gap Report 2021”², do Fórum Econômico Mundial, explicitam a existência de uma grande disparidade de gênero no mundo, principalmente na agenda política e econômica. De acordo com o relatório, metade de 156 países apresentaram uma certa melhoria em relação a participação das mulheres nas agendas políticas desde 2009, mas, apenas 26,1% dos assentos parlamentares e 22,6% dos cargos ministeriais no mundo todo são ocupados por mulheres. Desde o início da pandemia as desigualdades se ampliaram, uma vez que as mulheres foram as mais afetadas pelo desemprego e pela sobrecarga de cuidado provocados pelas medidas para contenção da pandemia. Isso implicou um aumento de 36 anos para a eliminação das atuais disparidades de gênero em relação aos homens, o que significam 135,6 anos para que as desigualdades atuais sejam sanadas. No caso das disparidades políticas e econômicas esse tempo é ainda maior: 145,5 e 267,6 anos, respectivamente.

Em Cabo Verde a situação não é muito diferente. Desta feita, o país tem mostrado algum aumento sobre a igualdade do gênero e melhorando a sua posição

¹ Considerando aqui os debates realizados pela literatura dos movimentos sociais. É com a teoria dos novos movimentos sociais, que data do final da década de 1970, que os movimentos feministas são analisados em sua especificidade e em suas agendas em torno da mudança cultural e o debate sobre as desigualdades de gênero. No entanto, a atuação dos movimentos feministas é anterior a isso e remonta ao século XVIII tanto no Sul quanto no Norte Global.

² Disponível em: <https://es.weforum.org/press/2021/03/segun-un-estudio-la-pandemia-hace-retroceder-la-igualdad-una-generacion>.

de acordo com os dados do “Global Gender Gap Report”. Porém, assim como alguns outros países, a participação da camada feminina na política e na economia em Cabo Verde apresenta um certo desequilíbrio, principalmente nas tomadas de decisões na gestão pública, nos partidos políticos e em outros cargos que a remuneração é melhor. De acordo com Carvalho (2015), cerca de 51,9% das mulheres cabo-verdianas em 2010 se encontravam em situação econômica vulneráveis. E quando se fala da esfera política, cerca de 40% das mulheres fazem parte do poder executivo e no poder autárquico mais de 70% dos representantes são homens e a representação feminina no poder legislativo não chega a ¼ da população eleita pelo parlamento.

Em que pesem os avanços, ainda são costumeiras afirmações como a de 16/04/2021, feito por um dos integrantes do partido político Movimento para Democracia (MpD), sobre a participação da candidata Janira Hopffer Almada (PAICV) para as eleições de 2021: “o lugar da mulher é na cozinha, cuidar dos filhos e fazer limpeza, mas não para governar um país”³ (em tradução livre). Neste sentido, faz-se pensar que num mundo avançado ainda existem pensamentos destes tipos, desvalorizando as mulheres e violando os seus direitos.

O presente trabalho tem como objetivo principal entender quais são as ações políticas, sociais e culturais adotadas pela Organização das Mulheres de Cabo Verde para que as mulheres cabo-verdianas tenham mais liberdade em diferentes áreas e espaços no qual se encontram em minoria e desvalorizadas. Busca compreender quais são as iniciativas realizadas por esta organização para que as mulheres possam ter autonomia em diversas áreas na sociedade cabo-verdiana; analisar como a OMCV relaciona-se com outras instituições; mapear as medidas ou políticas públicas implementadas pela OMCV desde a sua criação até os dias atuais, com ênfase no debate e na implementação da Lei de Paridade do Gênero, da emancipação e empoderamento das mulheres em Cabo Verde.

O interesse pelo tema surgiu em 2020 quando estava cursando a disciplina “Estado e Movimento Sociais”, do curso de Licenciatura em Ciências Sociais na Unilab e optei por escrever um artigo sobre a OMCV como trabalho final da disciplina. Desde então, decidi aprofundar minhas pesquisas sobre o tema justamente para promover, por um lado, uma proposta de desconstrução das narrativas presentes na sociedade

³ Pronunciamento original: “Ma Mudjer é pa kuida de menino, pa kuida de panela e pa kuida de igiene, ma não pa kuida di poder di país”. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/CN2IVVXDek_/?igshid=1cm6rcst0xs1c. Acessado em: 06/05/2021.

cabo-verdiana e, por outro, a autodesconstrução de uma perspectiva machista em que fui formado nesta mesma sociedade.

Camacho (2010) aponta que o papel que a mulher desempenha na sociedade não é percebido somente a nível econômico, social, na família e na política. O que implica que as mulheres deveriam ter direito de acesso aos altos cargos públicos igual ao que os homens possuem. Esta pesquisa vai nesse mesmo sentido e visa a contribuir para a reflexão e a superação de abordagens que apontem que as mulheres cabo-verdianas não possuem capacidade para acessar altos cargos públicos e a atuar na construção de uma sociedade mais igualitária e mais justa. Nesse sentido, ressalta que a atuação da OMCV se torna então fundamental para pensar a revisão e mudança de valores culturais, sociais e políticos da sociedade cabo-verdiana.

1.1 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos pretendidos, assim como outros trabalhos, na elaboração de um trabalho acadêmico, o/a investigador/a precisa especificar de forma detalhada o desenho da pesquisa. Esse caminho é feito por meio do uso de uma metodologia.

[A] Metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica” (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.12).

De acordo Minayo (2002), a metodologia é conceituada como conjuntos de caminhos que se percorrem para estruturação do conhecimento ou produção do saber. Diante disso, para execução de uma determinada atividade ou tarefa, recorre-se aos diversos métodos para se obter os resultados da pesquisa que, de uma maneira objetiva ou com a marcação dos limites da subjetividade de quem pesquisa sobre o que se estuda, se pode procurar as respostas para diversas problemáticas e inquietações levantadas ao longo do trajeto do universo acadêmico e não só. Desta feita, faz com que “a investigação torne uma atividade essencial da ciência na sua verificação e produção da realidade, uma vez que instiga as tarefas do ensino e o atualiza frente à realidade do mundo” (Minayo, 2002, p.17).

No que tange às abordagens de aproximação ao tema pesquisado, o presente estudo se baseia nas abordagens de pesquisa qualitativa. Conforme Minayo (2002), em Ciências Sociais uma investigação de natureza qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado. Isto é, ela “trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (p.21;22). Sendo assim, é de extrema relevância fazer uma abordagem qualitativa que irá nos ajudar no desenvolvimento do nosso trabalho em relação à OMCV.

No que se refere aos procedimentos metodológicos para confecção da nossa pesquisa optamos pelo uso de pesquisa bibliográfica, documental e de campo com a realização de entrevista semiestruturada.

De acordo com Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa bibliográfica envolve toda as referências produzidas sobre a temática em análise, desde publicações como boletins, jornais, revistas, livros, monografias, teses, artigos científicos, dissertações, e até meios de comunicação oral. Para eles, o objetivo desse método de pesquisa “é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre o determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos de alguma forma” (IDEM, p.2017, 23). Nesta pesquisa, a pesquisa bibliográfica foi realizada antes da coleta de outros dados, tendo como base os artigos científicos, teses e dissertações.

No âmbito da pesquisa documental, Marconi e Lakatos (2011) indicam que é um tipo de pesquisa cuja “fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas quando o fato ou fenômeno ocorre, ou depois (Marconi e Lakatos, 2003, p. 174)”.

Diante disso, os autores consideram três tipos de fontes documentais a saber: arquivos públicos, particulares e estatísticas. Nesta perspectiva, Gil (2008) aponta que a pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica, mas o que a diferencia é a análise feita nos materiais. Ou seja, no caso da última, a coleta e a análise de dados usam os documentos como base.

Na pesquisa documental um documento pode ser reelaborado várias vezes de acordo com objetivo de cada pesquisa. Ainda, na pesquisa documental existem documentos que são considerados de primeira mão e segunda mão, isto é, os da primeira mão são aquelas que não foram analisadas, tais como: documentos oficiais,

reportagens de jornais, contratos etc.; e da segunda mão, são consideradas os documentos que já foram analisadas de alguma forma ou outra, tais como: relatórios de pesquisas e de empresas etc. Nesta pesquisa, a análise de documentos foi feita no site da OMCV e das outras instituições. Os dados desta etapa da pesquisa estão presentes no quarto capítulo e serviram de base para a análise das ações desenvolvidas pela OMCV.

Quanto aos estudos de campo, Severino (2016) afirma que é um estudo cujo objeto é analisado dentro do seu universo ou local de pertença. Durante nossa pesquisa de campo buscamos contato com a equipe da OMCV em Cabo Verde. Conseguimos contato por meio do e-mail da instituição. Decidimos então realizar uma entrevista com a equipe da Organização. Segundo Gil (2008), a entrevista pode ser entendida como uma técnica em que o investigador se apresenta frente a frente com a entrevistada elaborando perguntas para obter resposta que interessa ao objeto do trabalho que está sendo realizado. O desenvolvimento dessa etapa do trabalho consistiu em entrevista semiestruturada com duas pessoas da organização (coordenadora e assistente social) que estão familiarizadas com a temática e a atuação da OMCV. A entrevista aconteceu na sede da OMCV, no dia 31 de agosto de 2021, teve duração de 16 minutos e está transcrita nos anexos desta monografia.

Em forma de sínteses, os métodos e procedimentos supracitados serviram de guias que percorremos ao longo da nossa pesquisa com intuito de dar respostas às nossas inquietações e realizar as reflexões em torno do papel da OMCV no debate sobre desigualdade de gênero em Cabo Verde.

1.2 ORGANIZAÇÃO DA MONOGRAFIA

O trabalho encontra-se organizado em três capítulos, além desta Introdução e das Considerações finais. No primeiro capítulo faremos uma breve fundamentação teórica sobre três teorias dos movimentos sociais (Teoria da Mobilização dos Recursos, Teoria dos Processos Políticos e Teoria dos Novos Movimentos Sociais) que surgiram na década de 1970 e que se mantêm importantes para estudar os movimentos sociais e diferentes formas de ação coletiva. Além disso, neste capítulo, também apresentamos uma crítica a essas teorias principalmente no que tange a não inclusão das organizações dos movimentos sociais em África naquele período, principalmente os movimentos anticolonialistas. No segundo capítulo iremos fazer

uma breve apreciação histórica sobre o surgimento dos movimentos sociais em Cabo Verde após a independência. No terceiro capítulo teremos como foco o surgimento da Organização das Mulheres de Cabo Verde e abordagem das ações que a OMCV desenvolve ou que participa da elaboração até a sua implementação contemporaneamente, principalmente no que tange à emancipação e empoderamento das mulheres cabo-verdianas, a implementação da lei de paridade do gênero (Lei 68/IX/2019) e a igualdade e equidade do gênero no país. Ambas as iniciativas têm como objeto principal garantir a efetiva igualdade de direitos e deveres entre homens e as mulheres cabo-verdianas, com vistas à eliminação de todas as formas de discriminação e a criação de mesma oportunidade, seja ela na participação política, cargos de decisões, visando alcançar uma sociedade mais justa, democrática e equilibrada.

2 CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: AS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A literatura acadêmica ilustra-nos que não há um consenso sobre o conceito de movimentos sociais, uma vez que, cada pesquisador ou corrente teórica refletem de forma diferente sobre a temática. Nesta perspectiva, para Maria Gohn (1995) os movimentos sociais são

ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. (GOHN, 1995, apud CRAVEIRO & HANDAN, 2015, p.3).

Ora, percebe-se que os movimentos sociais surgem a partir das inquietações de indivíduos ou grupos de indivíduos numa determinada sociedade, com intuito de mobilizar recursos para dar respostas a problemáticas, que de forma individual não conseguem soluções. Esses agrupamentos de pessoas (jovens, mulheres, estudantes, operários, sindicalistas, entre outros) são membros da sociedade civil, que atuam paralelamente com o setor público e privado no estabelecimento de políticas públicas para transformação social.

Todavia, para conseguir defender seus interesses, os movimentos estabelecem parcerias com alguns atores nacionais e internacionais de modo a mobilizar recursos tanto materiais (financeiros e infraestrutura) como humanos (ativistas e colaboradores ou parceiros) que possam contribuir na resolução dos problemas desses grupos. Sendo assim, GOHN (2007) sugere que os movimentos sociais surgem quando tem a oportunidade política para ações coletivas no qual precisam dos recursos para se estruturarem no cotidiano sendo as principais: recursos humanos, econômicos e comunicação.

Portanto, cada movimento social tem as suas formas e demandas para fazer com que a sociedade civil os auxilie nas manifestações e entre outras formas de mobilizações em massa. Sendo assim, Gohn (2007) afirma que tanto as manifestações como qualquer outro tipo de ato são uma forma de fazer política. Entretanto, parcela dos movimentos sociais não são afiliados a nenhum partido

político, justamente para que estes não limitem suas ações e formas de fazer política. Neste prisma, Melucci (1980) argumenta ao falar dos novos movimentos sociais que:

Os novos movimentos não estão focados no sistema político. Eles não são orientados em direção a conquista de poder político ou o aparato do Estado, mas antes em direção ao controle de um campo de autonomia ou de independência vis-à-vis o sistema. Os novos movimentos são caracterizados pela solidariedade e expressividade das relações em seu bojo, sendo secundários os objetivos instrumentais e a busca de vantagens dentro do sistema político. (MELUCCI, 1980, p.220, apud, CARLOS, 2015, p. 25).

Por isso, em algumas circunstâncias, são caracterizados como opositores do governo, porém como podemos ver na citação de Melucci (1980), isso não corresponde à realidade porque maioria desses grupos trabalham em prol do desenvolvimento da nação tentando garantir a seguridade social dos grupos de minorias (não só) e incentivar o setor público em fazer ajustes sociais. Ademais, eles atuam como porta voz da sociedade civil organizada nas áreas na qual o setor público e privado não consegue dar respostas.

Efetivamente, existem diversas teorias que estudam os movimentos sociais. Porém, nesta investigação iremos fazer o desdobramento sobre algumas teorias das escolas norte-americana, europeia e latino-americano que se destacaram a partir do final da década de 1970: Teoria da Mobilização dos Recursos – TMR, Teoria dos Processos Políticos – TPP (EUA) e Teoria dos Novos Movimentos Sociais – TNMS (Europa). Estas teorias se debruçaram sobre o estudo dos movimentos sociais, enquanto campo de análise das Ciências Sociais.

A primeira parte de uma abordagem estruturalistas, enquanto a segunda tenta a combinar a cultura com a política, como categoria de análise dos movimentos sociais. Tanto a primeira quanto a segunda procuram explicar os movimentos sociais tomando como premissas estratégicas a sua relação política com a política institucional. Por fim, a terceira dedica seus estudos à mobilidade política dialogando com a cultura e ideologia numa perspectiva mais abrangente.

Ao final do capítulo, teceremos uma crítica a essas teorias principalmente no que tange a não inclusão das organizações dos movimentos sociais em África daquele período e contemporaneamente.

2.1 TEORIA DA MOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS - TMR

A Teoria da Mobilização dos Recursos (TMR) tem como marco histórico legal as transformações políticas ocorridas nas sociedades norte-americanas durante a década de 60 e 70 do século passado. Tinha como propósito críticas às correntes clássicas e suas abordagens, principalmente sobre os fracassos dos movimentos sociais anteriores em explicar os posicionamentos dos movimentos de direitos civis, feminismo e daqueles que manifestaram nas guerras do Vietnã. A partir dessas inquietações emergiu a TMR, na qual seus pensadores acreditam que as teorias das tensões estruturais, privações, o descontentamento era insuficiente para explicar o surgimento dos novos movimentos sociais. (GOHN, 1997, p. 50).

Entretanto, a TMR surgiu como instrumento interpretativo dos movimentos sociais da década de 1960 e 1970, conseqüentemente reflete as dinâmicas do desenvolvimento estrutural da organização ampliando o seu campo explicativo, contrapondo as abordagens clássicas que pensavam os movimentos sociais exclusivamente no âmbito psicossocial. A TMR trouxe novos recursos para interpretar as ações coletivas, uma vez que, eles advogam que para entender os movimentos sociais é preciso utilizar a racionalidade como categoria de análise.

A TMR tem as reflexões de Mancur Olson como precursoras das contribuições que levam a mudanças no paradigma tradicional de abordar as ações coletivas, colocando a racionalidade no centro da análise dos movimentos sociais. Posteriormente, Charles Tilly, John McCarthy e Mayer Zald que buscaram explicar a articulação e sucesso da ação coletiva de acordo com os recursos materiais, financeiros e ganhos numa perspectiva mais economicista. Suas análises surgiram como críticas aos clássicos como os funcionalistas, em relação a quem esta corrente teceu críticas sobre a forma como eles interpretam os movimentos coletivos, baseado em explicações individualistas. Ademais, segundo Remo Mutzenberg (2015):

A teoria da mobilização de recursos contrapôs-se, inicialmente, às abordagens que concebiam as manifestações coletivas como sendo comportamentos desviantes que acentuaram o seu caráter irracional, para afirmar a racionalidade das ações coletivas, tendo como ponto de partida pressupostos da sociologia das organizações. (MUTZENBERG, 2015, p. 422).

Ora, suas ideologias permaneceram aproximadamente duas décadas nos estudos sobre os movimentos sociais nos Estados Unidos, inserindo temáticas e problemas que não eram incluídos nos debates clássicos tecendo críticas a eles. Uma das críticas elencada foi opor-se ao argumento de que movimentos sociais são agrupamentos de indivíduos movidos pelo sentimento de irracionalidade, em contrapartida eles defendem que os agentes envolvidos nas impugnações são movidos pela ação racional e vivem num constante diálogo entre custo-benefício de participação e posteriormente estabelecem estratégias e planejamento para alcançar a finalidade almejada.

Grosso modo, a teoria preocupa-se em entender o papel do tamanho das organizações e dos movimentos sociais para o seu sucesso ou fracasso no que tange a suas demandas. Tem com o foco principal nos recursos humanos, financeiros e infraestruturas, na importância de uma liderança com a capacidade de movimentar e troca de bens no mercado, no qual as ações coletivas são explicadas através do comportamentalismo organizacional. Segundo, McCarthy e Zald, (1977),

A TMR aplicou a sociologia das organizações ao seu objeto, definindo os movimentos sociais por analogia com uma firma. A racionalização plena da atividade política fica clara no argumento da burocratização dos movimentos sociais, que, gradualmente, criaram normas, hierarquia interna e dividiram o trabalho, especializando os membros, com os líderes como gerentes, administrando recursos e coordenando as ações (McCarthy e Zald, 1977, apud, ALONSO, 2009, p. 52).

Ademais, esta teoria, compreende que o desenvolvimento e o sucesso dependem dos recursos (humanos e econômicos) captados. Neste contexto, vale salientar que a captação de recursos é um dos requisitos cruciais para entender as demandas dos movimentos sociais, visto que elas são importantes no processo de barganha nas controvérsias sociais, na tomada de decisão do coletivo e no sucesso do movimento.

2.2 TEORIA DOS PROCESSOS POLÍTICOS - TPP

A teoria dos Processos Políticos surgiu como contrapartida aos marxistas nas contestações e às explicações dos economistas e deterministas com a visão de uma ação coletiva. A TPP não reconhece a economia como o ponto explicativo dos movimentos sociais, ressaltando fatores históricos, políticos e culturais. Sua oposição

aos marxistas é alimentada pelo argumento da centralidade da “mobilização política” nos processos de mudança e contestação.

Entre as figuras que pertencem a essa corrente teórica podemos destacar: Sidney Tarrow (1993), que estudou as questões da redemocratização da Itália na segunda metade do século XX; Doug McAdam (1982) um dos estudiosos dos movimentos civis no EUA e Charles Tilly, que fez uma exploração exaustiva sobre os movimentos revolucionários na França durante o século XVIII e XIX (ALONSO, 2009, p.54).

Retomando Tilly e seus seguidores, Souza (2014, p.8) argumenta que durante suas análises *“privilegiaram os processos amplos (longue durée) e análises comparadas são valiosos aos estudos das ações coletivas/movimentos sociais em perspectiva histórica, assim como as contribuições da Sociologia Histórica em geral”*. Entretanto, Souza (2014) rompe com as ideias de revoluções para pensar os agrupamentos coletivos numa perspectiva mais ampla, afastando das explicações economicistas, deterministas e psicossociais dos movimentos coletivos. Por conseguinte, foi a partir dessas críticas que surgiu o conceito de “repertório de ações coletivas”.

Ademais, este conceito tinha por finalidade a inclusão das ideias de cultura como categoria de análise para explicações das mobilizações coletivas durante o processo de eclosão política. Neste contexto, o objeto de estudo da TPP, continua sendo os movimentos sociais, porém substitui *“a centralidade dada à mobilização de recursos econômicos e organizacionais pela dimensão política e cultural do movimento social. Desse modo, a ênfase recai sobre o papel do contexto político-institucional na emergência da ação coletiva”* (CARLOS, 2015, p. 18). Ou seja, os movimentos sociais surgem como consequência das estruturas das controvérsias políticas e ausência de oportunidades políticas. Desta forma são obrigados a mobilizar de forma coletiva para que seus interesses possam ser colocados nas agendas governamentais, sendo elas estatais ou privadas.

Um outro conceito, valorizado ou criado por esta teoria é a “estrutura de oportunidades políticas – EOPs”. Segundo Tarrow (1998), quando acontece as mudanças nas dimensões formais e informais do universo político, abrem espaços para novas formas de reivindicações para os grupos sociais de fora da polity. (ALONSO, 2009, p. 55). Ou seja, essas novas formas de reivindicações podem ser

produtos de uma coalizão política ou da mudança de comportamento do Estado com a sociedade civil.

A título de exemplo é ilustrar a crise política na década de 1980 em Cabo Verde durante o governo partido único, em que várias elites pertencentes aos quadros do partido no poder saíram do partido e conseqüentemente criaram um partido. Esta ruptura foi consequência de mudança de comportamento do Partido/Estado com a sociedade civil, tendo em vista que o Estado começou a oprimi-los, logo alguns dos membros que ocupavam as pastas de governo abandonaram o partido para se juntar as massas populares que já vinham criticando o posicionamento abusivo do Estado.

Desta coalizão surgiram novos movimentos sociais e agrupamentos de ações coletivas que futuramente conseguiram elevar o país a abertura política e a instauração da democracia. Vale fomentar que outros fatores estão em torno dessa revolução política em Cabo Verde. Entre elas, podemos destacar a queda do Muro de Berlim, a expansão do neoliberalismo e a proliferação da democracia no cenário global.

Dado o exposto, fica evidente que, a TPP, foi uma teoria pensada a partir das realidades dos movimentos sociais e grupos de ações coletivas que vinham surgindo no Ocidente, especificamente nos EUA e posteriormente abriu espaço para analisar os fenômenos europeus. Nestas circunstâncias, defendemos que esta teoria deixa uma lacuna a se pensar, sabendo que durante o seu processo de surgimento havia grande onda de mobilizações coletivas dos movimentos anticolonialistas no continente africano, porém estes foram ignorados por estes pensadores.

Neste prisma, entende-se que a tentativa de universalização dessa teoria pode ser considerada um equívoco, já que, “O movimento social, como um sujeito social coletivo, não pode ser pensado fora de seu contexto histórico e conjuntural. As identidades são móveis, variam segundo a conjuntura (GOHN, 2008, p. 444)”. Efetivamente, as questões de territorialidade na academia têm conquistado espaços nos análises pós-coloniais e decoloniais. Posto isso, vale salientar que nesta investigação as correntes teóricas e as teorias clássicas dos movimentos sociais são ilustradas para apresentar a evolução dos debates sobre os movimentos sociais e aproveitar algumas brechas para tecer críticas e repensar as mobilizações e ações coletivas em África, especificamente em Cabo Verde.

2.3 TEORIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS - TNMS

Paralelamente com o surgimento das novas correntes ou teorias explicativas dos movimentos sociais nos EUA, também na Europa na década de 1970 emergiu a teoria denominada de Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Tal teoria foi desenvolvida por autores como Alain Touraine (1985), Alberto Melucci (1989), Alessandro Pizzorno, Jürgen Habermas (1981) entre outros.

Estes pensadores dedicaram seus estudos colocando a cultura/ideologias como foco central das suas análises sobre os movimentos sociais, já que seus objetos de estudos foram os movimentos sociais emergentes da época. Eles têm como categorias de análise a cultura, as ideologias, as crenças, as micro mobilizações e a solidariedade como mecanismos importantes nos processos de formação da identidade coletiva.

De acordo com Gohn (1997) a TNMS descartou durante seus estudos a teoria marxista porque estes tinham uma dedicação exclusiva no estruturalismo e classes como categoria de análise de ações coletivas. Também não acreditavam no funcionalismo cultural como um conjunto fixo e predeterminado de normas e valores do passado no qual passaram a politizar novos temas e atuavam politicamente de maneira particular.

Os pensadores dessa corrente teórica trouxeram diversos conceitos para explicar as mobilizações dentro dos novos movimentos sociais. A TNMS é um modelo autorreflexivo que auxilia a compreender os motivos de formação de movimentos e porque os indivíduos optam por uma solidariedade, mesmo sem conseguir benefícios almejados. Ademais, esta teoria argumenta que a mobilização coletiva não se limita apenas à sua inserção nas organizações políticas, nem na obtenção de benefícios materiais, mas sim engloba a formação de novas identidades, culturais, linguagens e hábitos com propósito a si mesmo. (CARLOS, 2015, p.19).

Outrossim, os movimentos sociais não se preocupam apenas com os objetivos materiais e muito menos aumentar seus membros no sistema, mas sim, buscam por um suporte simbólico, cultural e um significado de orientação diferente da ação social. (MELUCCI, 1985, p.797, apud CARLOS, 2015, p. 19). Sendo assim, esta teoria defende que os movimentos sociais acreditam que podem mudar a vida dos cidadãos através de ações coletivas na sociedade. Ou seja, as mudanças individuais dentro de uma sociedade não dependem somente dela, mas sim, através de ação coletiva da

massa popular é possível conseguir transformações da vida daquela pessoa. Entre as teorias surgidas na década de 1970, a TNMS é que vai tratar de maneira mais sistemática a questão cultural e os enquadramentos interpretativos que levam à formação de movimentos sociais. Deriva dessas reflexões as análises sobre o papel das emoções na atuação de ativistas e os desdobramentos dessas emoções para a organização da ação coletiva.

Durante a década de 1990, o debate sobre os novos movimentos sociais é modificado para se pensar a sociedade civil, como contraponto ao Estado e ao mercado. Com base habermasiana, é desenvolvido sobretudo por Cohen e Arato. Portanto, na esfera pública, a sociedade civil se constituiria como palco para tematização de problemas sociais e de produção livre da vontade e opinião pública, peça fundamental para construção de uma verdadeira soberania popular (ABERS e VON BULOW, 2011, p.57).

2.4 DEBATENDO OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM ÁFRICA

Os estudos das Ciências Sociais e Humanas apresentam que o marco teórico do surgimento dos movimentos sociais e ações coletivas advém desde o início da invasão colonial e se intensificaram a partir da década de 1950 e 1960 com o surgimento dos movimentos da libertação no continente africano, trilhando seus caminhos no pós-independência. Por outro lado, os debates e pesquisas, durante aqueles períodos centralizaram-se em torno da construção de Estado, como mecanismo de almejar o desenvolvimento (MUTZENBERG, 2015, p.427).

Os debates sobre os movimentos sociais foram introduzidos de forma mais intensiva, a partir do início da década de 1980 e 1990, inaugurados pelos pensadores como: Thandiko Mkandawire Mahmood Mamdani, e Ernest Wamba- Dia-Wamba. No entanto, esses autores tiveram a proposta de criar uma rede coletiva para pensar as problemáticas dos intituladas “Movimentos Sociais, Transformação Social e a luta pela democracia na África, mas antes das propostas encaminhadas por estes dois últimos intelectuais ao *Council for the Development of Social Science in África* (CODESRIA)⁴, já se debatiam essas temáticas, mas foram algumas pinceladas superficiais, cuja categoria de análise foram as classes operárias.

⁴ “É uma organização de pesquisa pan-africana sediada em Dakar (Senegal) cuja o atual presidente é Dzodzi Tsikata”.

Segundo Mutzenberg (2015, p. 427), esta corrente teórica advoga que os estudos sobre os fenômenos africanos naquela época podem ser explicados em três escolas diferentes. A primeira denominada de Escola Africanista, inspirada nos modelos norte-americanos, tinham como foco a análise histórica da formação dos Estados pré-coloniais como estratégias para construção de um Estado forte pós independência, visto que alguns deles acreditavam que a formação da nação deve se basear em alianças com antigas metrópoles. A segunda foi influenciada pelas teorias da dependência, cujo objeto de estudos era fundamentado em estruturas do Estado, em específico a sua atuação em relação ao centro e à periferia. Por fim, a terceira e última é denominada de Escola do modo de produção, criada a partir das influências do estruturalismo francês. Esta escola surgiu como oposição das duas primeiras, em que sua categoria de análise foram os modos de produção capitalistas e pré-capitalista, conseqüentemente deslocando o foco do Estado para pensar sociedade como fator importante para compreender as relações sociais dentro das sociedades africanas. Apesar de lançarem um olhar crítico sobre os processos de formação das classes em África e os pactos entre elas, seu foco analítico foi a classe operária como instrumento de mudança social (MUTZENBERG, 2015, p. 429).

A multiplicidade de interpretações sobre as mobilizações políticas encontradas nesses autores abre espaço para pensar os movimentos e as ações coletivas no continente africano, como fator de desenvolvimento e democratização no continente. Apesar disso, Mello (2016) defende que:

Frente aos inúmeros trabalhos sobre a sociedade civil e as lutas de resistência, o grupo de Mamdani e Wamba-dia-Wamba foi fundamental para o acionamento da subexplorada linha de reflexão sobre as lutas sociais na região a partir da noção de movimentos sociais, um recurso que atualizava o debate com relação ao momento histórico então vivido e que abria novas possibilidades analíticas ao estudo das ações coletivas. (MELLO, 2016, p.149).

Efetivamente, o fortalecimento dos debates sobre as ações coletivas e movimentos sociais em África foi nos primeiros anos do início da década de 1990 com foco principal nas descentralizações políticas e democratizações estatais. Apesar dessas pesquisas terem sido inspiradas nos correntes norte-americanas e europeias, os intelectuais africanos adaptaram os objetos de estudos para pensar as peculiaridades africanas.

Os incentivos para os estudos sobre os movimentos políticos (gênero, juventude, religião, organizações sindicais e não sindicais e movimentos sociais) foram as trocas desiguais, o estabelecimento desigual das políticas públicas entre centro e periferias, a corrupção e a grande influência das ideias neoliberais (sistema internacional de desenvolvimento) levada a cabo pelo Banco Mundial- BM, O Fundo Monetário Internacional – FMI e a Organização das Nações Unidas – ONU que ganhavam contornos no ambiente internacional. Neste sentido, Abrahamsen, (2005) salienta que:

A participação dos atores de base se somava à eficiência dos projetos de assistência como fator determinante para o fortalecimento de vibrantes sociedades civis locais nos países do sul global, inovação que, dentro do discurso da boa governança, era retratada como a panaceia para a tirania, a corrupção e outros problemas da administração pública. (ABRAHAMSEN, 2005 apud MELLO, 2016, p. 148).

Os fatores apresentados pelo autor incentivaram de forma significativa as mudanças estruturais e os pensamentos sobre os conflitos sociais no continente abrindo espaço para os debates e maior percepção sobre os movimentos sociais e ações coletivas como fator de construção de uma África democrática para acompanhar a nova ordem internacional.

Quanto aos estudos sobre o termo movimentos sociais em África não há quórum que se aplica aos estudos dos fenômenos sociais e políticos em África. O grupo da CODESRIA, pensava os movimentos sociais em uma perspectiva mais generalista levando em conta os debates norteados pelos pensadores do Norte Global. Em contrapartida, surgiu uma nova corrente teórica que recusa o conceito de movimentos sociais para análises dos fenômenos políticos no continente africano. Nesse sentido, podemos destacar o sociólogo moçambicano Elísio Macamo (2004). O autor tece críticas às ideias de movimentos sociais, visto que, para ele este conceito estaria estritamente ligado às experiências dos fenômenos ocidentais, especificamente. Neste contexto, ele defende que é incoerente aplicá-las para analisar os fenômenos e a mobilização políticos em África.

Portanto, segundo Guerra (1994) os africanos formaram as suas próprias organizações cívicas e políticas no âmbito nacionalistas. Em 1912 e 1920 foi constituído o congresso Nacional Africano na África do Sul e na Rodésia do Sul, em 1944 o Conselho Nacional da Nigéria e Camarões, em 1945 o Partido Democrático

Malgaxe, em 1947 a União Africana do Quênia, em 1948 no Senegal foi criado o Agrupamento Democrático Senegalês, em 1949 o Partido da Convenção Popular do Gana, em 1952 o Congresso de Uganda, em 1953 a União Nacional Africana do Tanganica.

Neste contexto, e em contraponto a Macamo, o sociólogo guineense Miguel de Barros (2014, p.30) argumenta que, quando se fala dos movimentos da sociedade civil no continente africano, devemos levar em conta as ações públicas desde o período pré-colonial e suas dinâmicas e especificidades, mesmo que haja escassez de literatura que explique tais ações. Porém o autor concorda que foi a partir da queda do Muro de Berlim que houve a proliferação do conceito da sociedade civil no cenário global, o que remonta ao processo de criação e divulgação do conceito, como discutimos na sessão anterior.

Esta nova forma de se organizar politicamente é o produto da democratização das sociedades permitindo uma participação de forma afinada da população no processo de tomada de decisões e promoção de políticas sociais que garantam o bem-estar social da sociedade civil.

No continente africano a sociedade civil nunca foi submissa frente às desigualdades a qualquer tipo de injustiça social praticada pelo poder público. Assim sendo, o relacionamento entre o Estado e Sociedade civil é baseado em tensões e acertos, incentivando as constantes ações coletivas da população. Tais ações são consequências de lutas pelos espaços na promoção do bem-estar-social, tendo em vista que, parcelas de países africanos não valorizam as contribuições da sociedade civil no processo de desenvolvimento, promoção da democracia e do bem-estar-social, conseqüentemente cria uma noção de rivalidade (no bom sentido da palavra) entre o Estado e a sociedade civil.

Segundo Carlos Cardoso (2008),

A relação entre o Estado e a sociedade civil não se resume a esta dimensão da luta pela influência de opiniões, mas ela constitui uma componente fundamental desta relação nas sociedades de hoje sob forte influência dos meios de comunicação de massas. Os terrenos onde são disputadas as lutas para influenciar a opinião são tantos, quantos os domínios que atraem os interesses dos cidadãos ou da sociedade no seu todo. Assim, encontramos associações da sociedade civil disputando influências no domínio do meio ambiente, direitos humanos, igualdade do gênero, exclusão e inclusão etc. Sem querer propriamente disputar o poder político, assistimos a organizações ou associações ambientalistas a criticarem a forma como as empresas exploram os recursos. Certas organizações feministas questionam a posição

das mulheres na esfera do poder, enquanto outras defendem simplesmente a preservação de valores morais. (CARDOSO, 2008, p. 4-5)

Ora, percebe-se que nessa interpretação os objetivos das organizações da sociedade civil deveria ser uma instituição autônoma criada pela população para reivindicar as políticas públicas e criar insumos que viabilize a promoção do bem-estar-social de forma inclusiva e sustentável, tentando preencher as lacunas deixadas pelo Estado e pelo setor privado.

De acordo com Ricardino Teixeira (2015) a sociedade civil se organiza através do modelo formal e informal com intuito de resolução dos problemas econômicos, sociais, políticos e culturais que qualquer país enfrenta e acaba por resultar numa grande rede de movimentos sociais e associações com diversos caráter. Algumas organizações/associações incluem vários atores que possam desenvolver ações coletivas nas disputas dos espaços e de reivindicar direitos e diversidades. Teixeira analisa as relações entre a sociedade civil e o Estado em Guiné-Bissau e Cabo Verde desde o período da democratização e aponta que como aspecto central do problema é o controle do Estado e partidos sobre os setores da sociedade civil. E em Cabo Verde as negociações, pela busca de consensos mais amplos ganham cada vez mais legitimidade e vão possibilitando a ocidentalização da sociedade civil.

No que tange aos movimentos sociais e políticos no continente africano, Bussotti e Mutzenberg (2016) apresenta-nos quatros períodos delinear da história dos movimentos sociais e políticos em África com base nos autores como Lamer (2010), Brandes e Engels (2011). Portanto, em 2010 Lamer descreve o primeiro período que se inicia a partir das lutas para independência entre 1950 a 1960; formação de novos Estados africano em 1960 a 1975; a adequação econômico e estrutural entre 1975 a 1989 e por último o surgimento dos movimentos em prol da democracia a partir de 1990 até 2010. Diferente do Lamer, Brandes e Engels (2011) descreve o primeiro período a partir da colonização e descolonização do Estado, as transformações políticas nos anos 1990 com a abertura da democracia, por fim o financiamento ou parceria da sociedade civil com as ONG's Internacionais e o Banco Mundial na luta contra a pobreza.

Em forma de síntese, vale salientar que mesmo que as teorias dos movimentos sociais não levaram em conta as movimentações cívicas em África, elas podem servir neste trabalho como um aparato teórico inicial que fundamenta a nossa monografia e como alvos de críticas, conseqüentemente repensar as ações da sociedade civil em

África e suas peculiaridades, nacionais, regionais, locais entre outras. Nos próximos capítulos abordaremos essa relação.

2.5 GÊNERO, DESIGUALDADE, IGUALDADE E EQUIDADE

A história apresenta-nos que as mulheres vêm recebendo tratamento desigual em relação aos homens desde o período pré-histórico. As desigualdades sociais, econômicas e políticas entre homens e mulheres são fruto de uma sociedade herdada da colonização, na qual as mulheres eram reduzidas a objetos sexuais e a responsável pelo cuidado dos filhos e dos afazeres de casa. Nesses preceitos, Duarte Cruz; Garcia Horta (2016) afirmam que:

Para alguns pesquisadores e pensadores (Engels e Marx, 1846; Fontenla, 2008; Martínez, 2003; Sánchez, 2007; Soler, 2006), nos tempos pré-históricos as mulheres estavam ligadas ao espaço do habitat; considerados como companheiros e objetos sexuais, cujo papel principal era a reprodução. O status oferecido ao homem não era o mesmo que o da mulher, a elas era concedido o direito de comando, com base em uma suposta superioridade biológica e social. (Pg,113)⁵

As mulheres estão nas lutas constantemente contra as discriminações, violências, preconceito e estereótipos, onde a cada dia estão ganhando mais visibilidades e espaços na sociedade. Segundo Duarte Cruz e García-Horta (2016), o conceito de gênero começou a surgir a partir da década de 1970 como resposta a problematização teóricos e metodológicos para afirmação de evidentes desigualdades entre homem e mulher em funções de sexo. Todavia, entende-se por gênero as diferenças psicológicas, sociais e culturais entre indivíduos de sexo masculino e do sexo feminino (GIDDENS,2008). No entanto, devido a algumas regras impostas desde a época colonial, a sociedade acabou criando estereótipos sobre o gênero que intervém no desenvolvimento do potencial entre homens e mulheres. Com o passar do tempo, as pautas e demandas dos movimentos feministas ampliaram os objetivos para enfatizar a necessidade de mudança nos papéis tradicionais das mulheres:

⁵ Para algunos investigadores y pensadores (Engels y Marx, 1846; Fontenla, 2008; Martínez, 2003; Sánchez, 2007; Soler, 2006), en tiempos prehistóricos a las mujeres se les vinculó con el espacio del hábitat; consideradas como acompañantes y objetos sexuales, cuyo papel principal era la reproducción. El status que se ofrecía a los hombres no era el mismo que a las mujeres, a ellos se les otorgaba el derecho de mandar, basándose en una supuesta superioridad biológica y social.

A opressão da mulher como dado universal e indiscutível se constitui com o motor do movimento feminista. Desde a sua origem, várias questões permearam as discussões feministas, desde a luta pela igualdade entre os sexos, a teoria da “superioridade feminina” e até a utópica volta a um matriarcado supostamente existido. (DA ROSA, 2011, p.15)

Sendo assim, existe uma grande necessidade de pensar as relações sociais desiguais entre os homens e as mulheres. Portanto, o feminismo em sua diversidade, trouxe como ponto central e comum a suas variadas formas de luta a proposta de transformar as desigualdades de gênero (mas não apenas) naturalizadas e estruturantes da sociedade (GONZALEZ, 2018). Entretanto, podemos dizer que:

A partir da década de 1970, inicia-se um processo gradual (e não linear) de expansão de algumas demandas e discursos feministas que ultrapassam os âmbitos dos movimentos sociais e passam a ser assimiladas pela sociedade civil e política, em diferentes ritmos, numa escala global. (GONZALEZ,2018, pag.60)

Na perspectiva de Gonzalez (2018), o grande progresso de assimilação da definição do gênero espelhou os esforços dos movimentos feministas e das mulheres em influenciar a sociedade e o Estado por meio de propagação das ideias que elevaram os direitos das mulheres como pautas obrigatórias nas agendas políticas. No entanto, podemos afirmar que:

Dessa maneira, a multiplicação dos espaços de atuação, a profissionalização das organizações feministas e a presença de mulheres e ideias feministas nos organismos governamentais e agências transnacionais fomentaram, nas últimas décadas do século XX, o desenvolvimento de políticas para as mulheres e contribuíram para disseminar propostas e bandeiras dos movimentos feministas. (GONZALEZ,2018, pag.61)

A equidade de gênero significa permitir que ambos (homens e mulheres, meninas e meninos) desfrutem das mesmas oportunidades para desenvolver os seus trabalhos de acordo com as suas necessidades. Porém, a igualdade de gênero é entendida de que todos os seres humanos devem exercer o mesmo direito e mesma oportunidade que possam fazer suas escolhas sem as limitações impostas por estereótipos. Sendo assim, ultimamente a questão de gênero, igualdade e equidade conquistaram espaço nos debates políticos junto aos movimentos feministas e entre outras organizações e instituições, para quebrar as paradigmas e estereótipos que existem sobre as mulheres.

2.6 EMPODERAMENTO

Em um passado remoto, os movimentos feministas lutaram batalhas difíceis para que as mulheres tivessem um tratamento melhor e mais justo na sociedade concentrando as suas atenções em bem-estar e social. Angela Davis (2017 [1984]) aponta que o conceito de empoderamento faz parte das mobilizações das mulheres afro-americanas desde, pelo menos, o século XIX. Davis aponta que a Associação Nacional das Agremiações de Mulheres de Cor, em 1896, adotou como lema a máxima “erguendo-nos enquanto subimos”. A autora estadunidense defende que mesmo passado todo esse tempo, “essa deve ser a dinâmica da nossa busca de poder – um princípio que não deve apenas determinar nossas lutas enquanto mulheres afro-americanas, mas também governar todas as lutas autênticas das pessoas despossuídas” (DAVIS, 2017, p. 17). Entendemos então que o empoderamento e a emancipação das mulheres – e todas as pessoas despossuídas – são fundamentais em todas as sociedades. E os movimentos e as ONGs feministas vêm fazendo um enorme esforço junto à sociedade e outras organizações, no sentido de afirmar que as mulheres devem ocupar grandes cargos na sociedade tanto quanto os homens. Portanto, Da Rosa (2011) afirma que as próprias mulheres têm demonstrado através das suas performances que liderar não é uma capacidade masculina. De acordo com Alves (2018):

O mundo tem passado por grandes transformações econômicas, sociais, ambientais e culturais, sendo que o empoderamento das mulheres e a redução das desigualdades de gênero representam um passo essencial do progresso civilizatório, nesta etapa decisiva da história (2018,p.629).

Portanto, a conquista para emancipação das camadas femininas tem obtido os direitos substantivo e supremacia da igualdade de oportunidade entre ambos os sexos, tanto no seio familiar como também na sociedade. No entanto, podemos afirmar que:

Nas últimas décadas, houve avanço na educação, com o aumento do número de meninas escolarizadas, elevação do número de mulheres no mercado de trabalho e maior presença nos espaços de poder e nas funções de liderança nas esferas pública e privada. As mulheres conseguiram maior acesso à propriedade e à herança de bens ao casar e ao divorciar-se etc. Entretanto, até agora, os ganhos foram parciais. Uma sociedade sem desigualdades sociais de gênero talvez possa ser atingida ao longo do século XXI, mas existem muitas barreiras a serem superadas no caminho, obstáculos que

precisam ser reconhecidos e colocados no centro das políticas públicas, situando os direitos das mulheres no “coração de suas prioridades”. (ALVES, 2016, Pg. 630)

Sendo assim, mesmo com certos avanços da humanidade o termo do empoderamento continua sendo mal atribuída pelas pessoas. Para Ribeiro (2017), muita das vezes o empoderamento é compreendida como ação individual ou tomada de poder para se perpetuarem as opressões. Mas, para autora “o empoderamento não pode ser autocentrado, parte de uma visão liberal, ou ser somente a transferência de poder. Vai além” (RIBEIRO, 2017), ou seja, quando uma mulher se empodera deve pensar nos problemas que afetam todas e criar meios para combatê-los e empoderar as outras, o que nos remete à máxima apontada por Davis de que tratamos anteriormente.

Nesse mesmo sentido argumenta Joice Berth (2019) que atribui o uso do termo empoderamento de maneira individualista ou como um triunfo isolado a uma interpretação equivocada e superficial do processo de construção do conceito. Para ela, essa interpretação julga

que empoderar é transcender individualmente certas barreiras, mas seguir reproduzindo lógicas de opressões com outros grupos, em vez de se pensar empoderamento como conjuntos de estratégias necessariamente antirracistas, antissexistas e anticapitalistas e as articulações políticas de dominação que essas condições representam. (BERTH, 2019, p. 35)

Para ela, o debate entre empoderamento individual ou coletivo representa uma das maiores contradições do uso do termo. Além dessa contradição ela aponta que o debate sobre democracia e participação política são bases importantes para se pensar o empoderamento de grupos sociais. Berth defende, com base em intelectuais negras dos EUA, que um processo de construção da cidadania de baixo para cima constitui uma das formas de que os grupos possam, de fato, empoderar-se. Berth aponta que os feminismos negros têm um papel fundamental na propositura do empoderamento como estratégia de resistência coletiva para a melhoria das condições dos grupos que são oprimidos, baseado em laços afetivos e afirmação da necessidade de romper com processos históricos de articulação de opressão.

Tendo tudo isso em consideração, podemos afirmar que os movimentos e organizações feministas em sua diversidade têm, historicamente, mobilizado ações para que as mulheres possam lutar pelos seus direitos, contra a opressões e outros

tipos de violências que sofrem nas sociedades ao mesmo tempo em que buscam reduzir as desigualdades e opressões existentes e fortalecer os grupos. A OMCV é uma dessas organizações que se preocupam com o bem-estar, social, econômica e política das mulheres. Nesse sentido, a luta pelo empoderamento das mulheres de Cabo Verde conta com a participação da OMCV e das outras instituições femininas e feministas no país, em uma luta para a construção de uma sociedade onde as mulheres podem participar de qualquer tipo de atividade e ocupar diferentes tipos de espaço, independentemente das suas funções e posição na sociedade cabo-verdiana. E nas últimas décadas estão sendo mobilizadas várias formas de conscientização e as necessidades de empoderamento das mulheres, junto ao crescimento da equidade social, econômica e política. Sendo assim, podemos dizer que, o empoderamento é associado à luta das organizações feministas como forma de continuar na luta pela emancipação das mulheres e romper com a história de discriminação e invisibilidade do papel desta sociedade.

3 CAPÍTULO 2 - SURGIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM CABO VERDE: UMA APRECIÇÃO HISTÓRICA

A compreensão do processo de surgimento dos movimentos sociais e qualquer forma de mobilização coletiva em Cabo Verde, remonta aos períodos coloniais, tendo em vista que a história oficial do país defende que os navegadores portugueses chegaram a Cabo Verde por volta de 1460 numa viagem com destino a Índia, algo que a priori não aconteceu devido às suas instalações no continente do sul global (África). De acordo com a literatura cabo-verdiana, o povoamento das ilhas iniciou em 1462, com o deslocamento forçado de nativos africanos da Costa da Guiné para as Ilhas e uma minoria de colonos portugueses que haviam se instalado no território à serviço da coroa portuguesa. Desde o início da ocupação e da colonização a relação entre colonos e colonizados foi baseada em opressão e práticas desumanas. Neste contexto, destaca-se que os oprimidos sempre resistiram e manifestaram seus descontentamentos, porém devido ao regime da época passou por muito tempo invisibilizado.

A visibilidade das suas lutas e angústias ganharam novos horizontes após cinco séculos de colonização, nomeadamente a década de 1950 com o surgimento de movimentos anticoloniais na época. À título de exemplo, podemos referenciar o Partido Africano de Independência de Cabo Verde e Guiné Bissau - PAIGC, criado sob a liderança de Amílcar Cabral, uma das maiores figuras da luta anticolonial africana e considerado o pai da independência de Cabo Verde e Guiné Bissau. Cabo Verde conquistou a independência em 5 de julho de 1975, após 11 anos de luta armada liderado pelo PAIGC. Após esse período, o país viveu sob a governança do partido único, um sistema que limita a projeção dos movimentos sociais e da sociedade civil como todo.

Quanto à democracia no país, ela vinha sendo discutida desde antes da conquista da independência, porém no imediato pós-independência quem assumiu o controle do governo foram as forças políticas vinculadas à luta armada, sob a justificativa de realizar a implementação do Projeto Maior do PAIGC e a unidade com a GB juntamente com a aproximação da URSS levaram a adoção de um regime socialista de partido único que optaram primeiro pela criação e aprovação da Constituição da República de Cabo Verde (CRCV) num prazo de noventa dias após a

proclamação da independência. No entanto, duas missões⁶ para essa finalidade fracassaram, o que levou a que a Lei de Organização Política do Estado (LOPE)⁷, fosse considerada uma pré-constituição para preencher a lacuna existente. Em setembro de 1980 foi aprovada a primeira constituição da República de Cabo Verde, pouco antes da separação dos dois países. Sendo assim, para aprovação dessa jurisdição foi formada a Assembleia Nacional Popular - ANP, com mais de cinquenta e seis deputados, tendo o PAIGC como único partido com atribuições para representar o povo, visto que os outros partidos políticos não tinham forças e estruturas suficientes.

Tais partidos não conseguiram se impor porque, ainda nos períodos da luta da libertação, o PAIGC conseguiu neutralizá-los devido à exclusividade de representação cedida pela Organização das Nações Unidas. Sendo um regime unipartidário, a Assembleia Nacional Popular (ANP) tinha o poder de eleger o Presidente da República e o Primeiro Ministro. A governação binacional do PAIGC durou apenas alguns anos, consequência de um golpe militar que aconteceu em 1980 na Guiné Bissau. Com isso, rebatizaram o então PAIGC para PAICV que, a partir desse momento, passou a ser responsável pela administração de Cabo Verde liderada por Pedro Pires, escrevendo uma nova história para o arquipélago até 1990. Momento que coincide com a queda do Muro de Berlim em novembro de 1989 abriu-se o caminho para a “terceira onda da Democracia” (Huntington, 2012).

É nessa onda que Cabo Verde aproveitou para encaminhar e reforçar os movimentos democráticos, configurado com a abertura política. Abertura essa, que abriu uma nova oportunidade para que outras forças partidárias pudessem disputar as eleições. O mais conhecido ou de maior êxito é o Movimento Para Democracia - MPD, mas surgiram vários outros partidos⁸ que não puderam participar das primeiras eleições legislativa, multipartidárias, livres e pluralistas em 1991 em razão de não estarem sediados em Cabo Verde e também por não cumprirem as mínimas exigências para a legalização. Neste pleito houve apenas a participação de dois

⁶ A criação de comissão presidida pela Assembleia Nacional, junto com mais seis deputados submeteria à Assembleia, no prazo de noventa dias, um projeto de Constituição da República de Cabo Verde.

⁷ A lei é considerada a primeira base legal do país, denominada de lei preparatória para a criação da Constituição da República de Cabo Verde.

⁸ União do Povo das Ilhas de Cabo Verde (UPICV) e a União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID).

partidos: MPD e PAICV. O MPD saiu vitorioso, elegendo cinquenta e seis deputados contra vinte e três do PAICV. Desta forma, o país passou a ser um Estado de Direito Democrático que desde então vem fortalecendo as condições e garantido estruturas que permitam a realização das eleições pluripartidárias.

Em que pese a importância das disputas eleitorais, Mendonça e Cunha (2018) questionam as teorias democráticas que se centram nos pleitos, fazendo a seguinte pergunta: a democracia é garantida somente com o voto? Para eles, a democracia foi reinventada na modernidade, conceituada como uma forma de governo caracterizada pela representação política de um país. Nas suas palavras, “A base de um governo representativo seria a criação de um sistema que evitasse a concentração de poder tanto nas mãos de uma maioria quanto nas mãos de uma minoria.” Com esses questionamentos e respostas é perceptível que a democracia vai além do direito a voto ou ser votada, mas sim é criação de uma estrutura política que permite a desconcentração do poder, o que torna o papel da sociedade civil importante nesse processo de descentralização do poder. No entanto, o governo democrático é uma forma de legitimar a igualdade política.

Para tanto, a instalação do regime democrático em Cabo Verde vem neste bojo. O sistema político do arquipélago desencadeado após 1990 foi um sistema de governo semipresidencialista que tem prevalecido até os dias atuais (2020). Após cinco anos a participação dos partidos nas disputas eleitorais legislativas e autárquicas de Cabo Verde passou a ter implementação de um sistema eleitoral proporcional e um sistema eleitoral majoritário nos dois turnos das eleições presidenciais. Este sistema tem dado consistência à democracia nacional e facilitado a formação de movimentos da sociedade civil que serão discutidos nas próximas seções.

3.1 SURGIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM CABO VERDE

Os esforços empíricos evidenciam que o surgimento dos primeiros movimentos sociais nas ilhas cabo-verdianas remonta ao período da colonização, nomeadamente a formação dos movimentos anticolonialistas surgidos nas décadas de 1950 a 1960. Tais movimentos, foram-se construindo através de agrupamentos de pequenas elites que, apesar de trabalharem na administração, tinham condições socioeconômicas e tratamento diferenciado aos colonos portugueses. Na verdade, eles eram vistos

apenas como força de trabalho e instrumento facilitador de colonização da massa popular. Para tanto, a formação acadêmica na metrópole e o contato com outros nativos africanos foi crucial para a conscientização desses estudantes que mais tarde regressaram ao continente, formando movimentos de luta contra a opressão portuguesa nas ilhas.

Sendo um território considerado inabitado até a chegada dos colonizadores portugueses no século XV, em especial a década de 1460, é impossível não levar em conta a sua trajetória de luta pela independência e os caminhos que ajudaram na consolidação da sua autonomia e fortalecimento da sociedade civil para o funcionamento de uma democracia consolidada e efetiva. A partir da década de 1940 e 1950 surgiram vários movimentos anticoloniais na África. Graças a esses movimentos muitos países tornaram-se independentes ao final da década de 1950 e ao longo da década de 1960⁹. As lutas pela independência também tensionam os territórios ocupados por Portugal. Em Cabo Verde e Guiné-Bissau surgiram movimentos reivindicando a independência deste dois países, dos quais podemos citar alguns deles: o PAIGC (Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde), a FLIGC (Frente de Libertação da Guiné e de Cabo Verde), o MLGCV (Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde), o MLG (Movimento de Libertação da Guiné Bissau), a UPG (União das Populações da Guiné), a RDAG (Reunião Democrática Africana da Guiné Portuguesa) e a UPLG (União Popular de Libertação da Guiné Portuguesa) etc. Esses movimentos foram criados a partir de 1956 e tinham diferentes repertórios de ação, que variavam de mobilização de apoio transnacional por meio das Nações Unidas à adoção da luta armada, passando pela formação do movimento campesinato¹⁰.

Por outro lado, o objetivo deste capítulo é fazer uma síntese histórico- teórica sobre os movimentos sociais e outras formas de agrupamentos que surgiram no país após as conquistas da independência, a 5 de julho de 1975. Após essa data, a primeira

⁹ Em 1951 a Líbia torna-se independente e em seguida o Marrocos e a Tunísia em 1956 também conseguiram as suas independências. Em 1957, Gana torna-se uma importante referência da luta pela independência dos países africanos subsaarianos, tendo o seu líder, Kwame Nkrumah liderado a iniciativa pan-africanista que deu visibilidade e articulou diversas lutas de independência, incluídos aí as lutas dos países ocupados pelo Portugal de Salazar.

¹⁰ Estes movimentos e organizações não são o foco da nossa investigação, por isso não iremos fazer uma abordagem exaustiva sobre os movimentos supracitados que surgiram antes da independência de Cabo Verde. Para estes movimentos sugerimos buscar: Évora, R., 2004. CABO VERDE: A abertura política e a transição para a democracia. Cidade da Praia: Spleen Edições.

missão e preocupação das elites políticas cabo-verdianas foi a construção de instrumentos legais que viabilizassem a sua soberania e justificassem a razão pela qual se deve manter a sua soberania e autonomia. Nesta perspectiva, com a criação da Lei sobre a Organização Política do Estado de Cabo Verde (LOPE) em 1975, pretendia-se criar a primeira base legal do país, a lei preparatória para a criação da Constituição da República de Cabo Verde (GOMES, 2017). O artigo número 1, parágrafo único da lei estabelece que "a soberania do povo de Cabo Verde é exercida no interesse das massas populares, às quais estão estreitamente ligadas ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que é a força política dirigente na nossa Sociedade" (LOPE, 1975 p. 1).

Fica perceptível que a criação de qualquer movimento ou instituição que escolhesse representar a sociedade civil deveria estar ligado à força política do PAIGC, caso contrário seriam consideradas ilegais. No que tange à proteção da liberdade da sociedade civil, a lei parecia uma fachada na prática uma vez que a organização da sociedade civil deve afiliar a PAIGC, tendo em vista que seria uma das atribuições políticas. Quanto à proteção dos seus cidadãos e a garantia de que pudessem organizar-se e atuar no âmbito político e social, diríamos que a lei foi um fracasso já que foi instalada em um sistema de partido único que, de certa forma, buscou reprimir e aniquilar qualquer tipo de movimentos ou mobilidades coletivos contrários à atuação do PAIGC ou em prol de causas sociais¹¹. Ou seja, à sociedade civil foi imposto um reduzido poder de mobilização, visto que o Partido-Estado como conjunto de agentes que criam expectativas positivas e beneficiários diretos e indiretos coordenava todo o processo sociopolítico do arquipélago. Nesse sentido, não havia uma estrutura de oportunidades políticas que permitisse a criação de organizações para fazer frente à atuação do partido único no pós-independência.

Durante a governança do partido único (PAIGC/CV), a sociedade civil cabo-verdiana era privada de alguns direitos essenciais como a participação no âmbito político (votar e ser votado) e a proibição de que as elites culturais e intelectuais realizassem qualquer ação autônoma. A vista disso, Cardoso (2016), argumenta que o regime do PAIGC/CV instaurado logo a seguir à independência ao definir como democracia nacional revolucionária e de participação popular, não deixou qualquer

¹¹ A sociedade civil cabo-verdiana estava impedida de ter acesso a um vasto conjunto de direitos essenciais, em particular a participação na política.

espaço ou uso para uma atuação autônoma da sociedade civil. Na mesma linha de raciocínio, Costa (2013) salienta que

a não emancipação da sociedade civil cabo-verdiana e incapacidade da mesma em se tornar forte, deveu-se a dois fatores (i) a apropriação e instrumentalização política das iniciativas cívicas, pelos partidos políticos e suas lideranças o que conduzia a uma forte partidarização das iniciativas da sociedade civil, (ii) deve-se ao fato da atuação das organizações da sociedade civil estarem profundamente dependentes de financiamento estatal, o que implica a perda do seu poder reivindicativo e convertendo em executoras dos programas oficiais em detrimento do seu papel de fiscalização das políticas públicas (COSTA, 2013, apud GOMES, 2017, p.47) .

Nota-se que a relação entre a massa popular e o partido-estado, era uma relação paternalista e de fiscalização das ações das classes populares. O regime coordenava todo o setor, desde economia até as ações socioculturais, o que neutralizava qualquer tipo de mobilidade coletiva e outras formas de reivindicações.

Já em 1980, com a criação da primeira Constituição da República houve a retificação do primeiro artigo da LOPE. Com isso, a sociedade civil ganhou novos horizontes, tornando-se independente do Partido. Assim sendo, o artigo 4º advoga que *“na República de Cabo Verde, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) é a força política dirigente da sociedade e do Estado”* (CRCV, 1980). Não foi somente a retificação que deu margens para a mobilidade da sociedade civil, mas também algumas pressões externas (população diaspórica e alguns parceiros internacionais) e não pode deixar de lado as críticas de alguns movimentos que surgiram ainda no período colonial que permaneceram nos bastidores fazendo trabalho de base junto à massa popular.

Desta forma, com a Constituição da República de Cabo Verde (CRCV) a organização da sociedade civil cabo-verdiana obteve maior atenção sobre as suas liberdades e garantias, o que implicou na mudança de estrutura das oportunidades políticas e poderia proporcionar a sua mobilização, uma vez que não era mais proibida. Neste contexto, o artigo 7º da constituição e seus três incisos defendem que

1 - O Estado apoia e protege as organizações de massa e as outras organizações sociais reconhecidas por lei que, organizadas em torno de interesses específicos, enquadram e fomentam a iniciativa popular e asseguram a ampla participação das massas na reconstrução nacional

2 - O Estado, na sua ação, apoia-se nas organizações de massa e outras organizações sociais às quais poderá transferir determinadas atividades que elas aceitem assumir

3 - O Estado cria condições para o desenvolvimento da base material das organizações de massa e outras organizações sociais e protege o seu património (CRCV, 1980).

Posto isso, percebe-se que este artigo dá uma certa margem de liberdade para a organização da sociedade civil e desenvolvimento das suas estruturas. Ainda no 47º artigo da CRCV podemos observar uma defesa explícita às condições para a liberdade de expressão: *“a liberdade de expressão do pensamento, de reunião, de associação, de manifestação assim como a liberdade de ter religião, são garantidas nas condições previstas na lei”* (CRCV, 1980). Pelo exposto, é perceptível que a constituição de 1980 foi um passo importante para a atuação da sociedade civil e suas mobilizações em prol da democracia, que se reconfigurou formalmente de forma “tardia” a partir da década de 1990 com a realização das primeiras eleições multipartidárias em Cabo Verde.

Chamamos de democracia tardia porque embora houvesse esse reforço teórico da base legal na década de 1980 para a emancipação da sociedade civil, na prática não se verificou que a sociedade civil tivesse condições para se fortalecer e principalmente para se organizar de forma a ser uma voz ativa e contestatária, como seria desejável no período do regime monopartidário (GOMES, 2017). Ademais, foi apenas com a abertura política e a retificação da constituição em 1992 que a sociedade civil viu seus direitos e liberdades a serem mais ativos favorecendo os agrupamentos de pessoas, assim como o exercício da sua cidadania de forma livre sem que necessariamente estivesse ligada aos partidos políticos, ou qualquer entidade estatal de controle. A partir do pluralismo democrático, “os diversos setores da sociedade civil começaram a questionar as estratégias que garantiam a base social do regime, lutando contra qualquer tentativa de inviabilizar e/ou destruir as ações adversas aos seus interesses” (TEIXEIRA, 2016).

Já na revisão da Constituição da República de 2010, ficou explícito que todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão e informações, direito à liberdade de reunião e manifestação e direito à participação na vida pública. Segundo Teixeira (2016), o processo da democratização trouxe para organizações e grupos da sociedade civil cabo-verdiana, o desejo de romper com os mecanismos do poder que foram estabelecidas no momento do regime partido único.

Então, a partir daí, surgiram várias instituições ou organizações da sociedade civil e como destaque podemos citar as organizações femininas que surgiram com

finalidade de debater as problemáticas relacionada as mulheres de Cabo Verde, entre elas podemos citar: Associação Cabo-verdiana para Proteção da Família (VerdeFam-1995), Associação de Mulheres Empresárias e Profissionais de Cabo Verde (AMEPCV-1999), Associação Cabo-verdiana de Autopromoção da Mulher (MORABI-1992), Associação Cabo-verdiana de Mulheres Juristas (2001).

De certa forma, com a revisão em 2010 incentivou-se no surgimento de novos movimentos sociais, durante os anos de 2012 e 2015, em particularidade o movimento de ação cívica que aparece em abril de 2015. Neste caso, houve a reabertura da esfera pública e do debate sobre a cultura política e o despertar da sociedade civil, ainda que de uma forma tímida, mas com mais recursos para uma participação na vida política (MADEIRA E REIS, 2018). Vale salientar ainda que parcela dos movimentos da sociedade civil recebem investimentos internacionais para o desenvolvimento dos projetos sociais no país, através destes investimentos os movimentos se tornam livres e menos dependentes do Estado o que permite a sua atuação para além das capacidades do Estado cabo-verdiano.

4 CAPÍTULO 3 - O SURGIMENTO DA ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES DE CABO VERDE - OMCV E SUAS AÇÕES POLÍTICAS

Em Cabo Verde o feminismo está relacionado à própria história do país desde a luta de independência e período do partido único ao multipartidarismo. Portanto, em 1980 ainda sob o domínio do partido único foi criada a primeira organização (OMCV) como instituição de massa das mulheres que estava ligada ao partido da época (PAICV), mas tardar com a abertura política a partir da década de 1990, outras organizações ou instituições femininas citadas no capítulo anterior surgem no país como fruto de descontentamento das situações que as mulheres em Cabo Verde se encontram, com intuito de ajudá-las nas questões sociais, econômicas e políticas.

Sendo assim, na perspectiva de Carvalho (2015) o feminismo em Cabo Verde tem como marco fundador a luta pela independência onde um grupo de mulheres se juntarem para participarem das atividades preparatórias da independência. O feminismo em Cabo Verde se destaca a partir da abertura política em busca da promoção a igualdade e equidade no país. Para Carvalho (2015), nas agendas governamentais estão sendo introduzidas as políticas públicas que permitem desconstruir os estereótipos sexistas e promover a justiça social, mas, ainda falta um longo caminho para se percorrer.

4.1 O SURGIMENTO DA OMCV

A OMCV é uma organização não-governamental, de caráter social, criada em 27 de março de 1981 com mais de mil membros, com personalidade jurídica e dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial (OMCV, 2021, portal online). Na época do seu surgimento foi uma organização social de massa do PAICV (o partido único da época), mas com a abertura democrática no país e do multipartidarismo, deixou de ser uma organização de massa e passa a ser uma ONG. No entanto, foi a primeira organização feminina cabo-verdiana que nasceu quando um grupo de mulheres em plena conferência nacional decidiram que já era o tempo de se organizarem para que pudessem dar suas contribuições na luta pela dignidade da camada feminina.

Dentre essas mulheres que participaram na fundação da organização, muitas delas participaram da luta pela libertação nacional, como por exemplo a falecida

ativista Paula Maria Fortes que tem o título de primeira presidente da Organização. O dia 27 de março também é comemorado o Dia Nacional das Mulheres Cabo-verdianas por causa do surgimento da organização. Inicialmente a organização começou com a campanha de sensibilização e conscientização dos direitos da mulher, o desenvolvimento e o seu papel na sociedade. As questões financeiras são os maiores desafios das lideranças dessa organização, que vêm contando com apoios de governos nacionais, assim como parceiros internacionais desde a sua criação.

Nos inícios dos anos 90 com a liberdade da OMCV na política, a procura dos meios para a sobrevivência financeira da organização que era as principais preocupações das suas dirigentes, assim como a consolidação do seu património, em risco de se perder. E com o tempo foi ganhando espaço de intervenção na sociedade e com uma estrutura sólida e funcional, mesmo com uma equipa pequena e alguns constrangimentos financeiros, a OMCV subsiste na sua causa procurando a subsistência financeira com a parcerias nacionais e internacionais (OMCV, 2021, portal online).

Ademais, a OMCV não teve uma sua trajetória linear, e através de uma abordagem bibliográfica tudo indica que existem três momentos distintos de sua missão institucional desde a sua criação até os dias atuais. No primeiro momento, ela fazia parte de um sistema político que tinha como um dos seus pilares fundamentais as organizações de massas do partido no poder e financiada pelo próprio governo da época, com missão da defesa dos interesses específicos da mulher cabo verdiana pelo desenvolvimento de uma pátria de progresso e justiça social e liberta da exploração do homem. O segundo momento centra-se na defesa da emancipação da mulher e a sua inserção no processo de desenvolvimento económico, social e cultural do país. Como se pode verificar, a missão era bastante abrangente e, sem dúvida, ultrapassava em muito o que, geralmente, competia e compete, a uma organização social dessa natureza. Tudo isso graças ao Governo da época que não contemplava na sua estrutura, qualquer instrumento público que se ocupasse de questões ditas “femininas”. As prioridades dos primeiros Governos do país centravam-se mais no desenvolvimento global e consolidação do Estado nacional e menos nas necessidades específicas deste ou daquele grupo social.

Uma outra missão é “o bem-estar social, económica e cultural da mulher, das famílias e da sociedade cabo verdiana em geral através da defesa e promoção dos direitos da mulher integrado numa perspectiva de género” (OMCV, 2021, portal online). A Organização também possui uma vasta área de intervenção social para as

mulheres como: saúde sexual e reprodutiva, direitos da mulher, formação e capacitação profissional, assessoria jurídica, educação pré-escolar, novas tecnologias de informação e comunicação, microcrédito, atividades geradoras de rendimento, gênero, população e desenvolvimento, empreendedorismo feminino, emigração e remessas e artesanato.

Além disso, hoje em dia a organização possui Centros de Promoção Feminina que estão localizados em diferentes lugares do país, designadamente: São Vicente, São Nicolau, Porto Novo, Ribeira Grande, Brava, Tarrafal, Santa Cruz, Santa Catarina e Boa Vista. Esses centros, juntamente com a Sede Nacional na Praia, constituem espaços de encontro e organização de mulheres em busca de apoio para os seus problemas. Por esses Centros, de acordo com o site da OMCV, passam milhares de mulheres que neles desenvolvem várias atividades, desde as de lazer até os cursos de formação pessoal e profissional.

Ademais, com a abertura política a partir dos anos 1990 a organização conquistou um conjunto de direitos e liberdades, portanto, procurou-se meios ou as formas de como iriam divulgar as suas inquietações e como iriam fazer chegar à sociedade civil em modo geral. Neste caso, uma das formas de divulgação e de viabilizar o que se passa no país utilizada pela organização é através das manifestações sobre as violências contra as mulheres, o machismo e a desigualdade do gênero no país. A organização também utiliza o próprio site para divulgar onde, quando e como vão acontecer as mobilizações.

Em razão de seus métodos de trabalho, a organização possui contato direto com as populações. Segundo Da Rosa (2011), as perspectivas futuras da OMCV são privilegiar as ações para o desenvolvimento comunitário; criação dos espaços de intervenção e de concentração com vários intervenientes para o combate à pobreza; priorizar atividades de apoio e intervenção das mulheres chefes de famílias e procurar meios que propiciem maior intervenção da mulher no mundo do trabalho, focando principalmente no setor de micro e pequenas empresas.

Por tanto, a criação da OMCV foi muito importante quando se trata na abordagem dos assuntos relacionados ao bem-estar social, político, econômico e cultural das mulheres. Sendo assim, a organização participa e implementa várias ações quando se trata das questões do gênero. Na figura abaixo podemos encontrar vários parceiros, nacionais e internacionais que ajudam a organização na implementação dos projetos de ação voltadas sobretudo no que tange o

empoderamento das mulheres de Cabo verde, para que possam ter uma vida digna e independente na sociedade. Interessante notar que os parceiros incluem desde agências internacionais de apoio, passando por agências governamentais e embaixadas a organizações da sociedade civil cabo-verdianas e internacionais, o que demonstra a capacidade de articulação em rede das agendas e da atuação da OMCV assim como a necessidade de busca de parcerias para garantir recursos para sua atuação nos territórios do país.

Figura 1 - Parceiros atuais da OMCV (2021)



Fonte: Sítio da OMCV. Disponível em: <http://www.omcv.org.cv/>

Ademais, os debates aqui e nos demais tópicos apresentados dão suporte teórico e epistemológicos para compreender nas próximas sessões as lutas da Organização das Mulheres de Cabo Verde – OMCV enquanto uma das instituições organizadas da sociedade civil, que tem reivindicado os direitos das mulheres e meninas, nomeadamente a paridade de gênero, a igualdade de gênero, as políticas sociais de inclusão, a emancipação das mulheres entre outras ações políticas levada a cabo por esse movimento.

4.2 A OMCV NA LUTA PELA IGUALDADE E EQUIDADE DO GÊNERO

Como vimos na Introdução, a desigualdade de gênero em Cabo Verde tem muitas faces, o que implica que as mulheres cabo verdianas venham sofrendo diferentes formas de opressões, tanto colonial como patriarcal. Para Duarte (2012), a partir da história social das ilhas, essas mulheres criaram estratégias de rompimento das mordanças sociais, ou seja, passaram a reivindicar os seus direitos a partir das revoluções¹² que aconteceram no país, no qual as mulheres ocuparam centro das atenções e agitações.

Sendo assim, as mulheres cabo-verdianas já vinham lutando há muito tempo para obter os seus direitos e com a criação da OMCV, passou-se a contribuir fortemente no acesso à igualdade e equidade social, na diminuição das taxas do analfabetismo no seio das mulheres e na melhoria da situação das crianças com a criação dos jardins infantis (creches). O objetivo da organização é contribuir para a defesa das mulheres nas buscas da afirmação ou conquistar espaços na promoção social, cultural, econômica com a integração na nossa sociedade e ainda procura entender as preocupações das mulheres cabo-verdianas e não só. Sendo assim, a entrevistada Eloísa Gonçalves secretária executiva da OMCV afirma que:

Sendo a instituição digamos assim mais ativas que trabalha nessa questão, nós temos trabalhado em todas as vertentes que possam facilitar a participação da mulher a vários níveis na sociedade, seja ela econômica, social e político e assim contribuir para questão da igualdade e equidade fazendo com que as mulheres tiveram mais acesso ao rendimento, informação e que possa participar da melhor forma no desenvolvimento do país. Na altura da sua criação, em finais de 1990 e 2000 passou também a preocupar com a questão de empoderamento econômico, então daí criou o programa micro finanças dentro da estrutura da OMCV para apoiar as mulheres que não tinham acesso a banca tradicional, então fazemos pequenos empréstimo para atividades seguradora do rendimento, mas atualmente por imposição legal tivemos que fazer uma separação de atividades micro financeiras e atividade social da organização, então criou-se a OM credito que ficou responsável por toda parte micro financeira e a OMCV ficou com a parte social (Entrevista realizada na sede da OMCV em 31/08/2021).

Destarte, a OMCV como uma organização feminina contribuiu e continua contribuindo fortemente para que haja igualdade e equidade entre homens e mulheres cabo-verdianas, desenvolvendo conjuntos de políticas públicas voltadas para o bem-

¹² Revolta dos Engenhos (1822), Revolta de Achada Falcão (1841) e a Revolta de Ribeirão Manuel (1910).

estar social e inclusão das mulheres no processo do desenvolvimento do país. Portanto, se hoje em dia existe essa “igualdade e equidade”, a organização é um dos principais ONG’s feministas que contribui para que isso acontecesse.

4.3 OMCV E O EMPODERAMENTO E EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES

A OMCV teve o seu papel fundamental ligado ao processo de empoderamento feminino no país ajudando principalmente na realização das atividades e ações desenvolvidas em vários bairros e cidades de Cabo Verde. Nesse sentido, a entrevistada Eloísa Gonçalves afirmou que:

Nós temos procurado sempre o financiamento para ações de formação para que possamos dar às mulheres ferramentas teóricas, mas também prática para o desenvolvimento das suas atividades. Já tivemos vários projetos que contemplam ações de formação ligadas à autoestima, gênero, estudo e também gestão de pequenos negócios, contabilidade entre outras áreas mais práticas e depois complementamos convites para que essas mulheres possam desenvolver as suas atividades para o rendimento (Entrevista realizada na sede da OMCV em 31/08/ 2021).

Sendo assim, quando se trata da emancipação e empoderamento feminino, a organização desenvolve atualmente vários projetos voltados para as mulheres de Cabo Verde, essas ações são: a formação de artesanato e design, perfazendo uma carga horária de 300 horas e financiada pela Fundação da Suíça para Formação de meninas em África. Para realização desta formação, a OMCV obteve o apoio da IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), vinculado ao Ministério de Trabalho de Cabo Verde. Nesse projeto, foram dez mulheres formadas e especializadas em artesanato e design.

Figura 2 - Formação de artesanato e design



Fonte: Sítio da OMCV. Disponível em: <http://www.omcv.org.cv/>

Para além dessa formação, em parceria com a ONG italiana Persone come noi (PCN), a organização está implementando um projeto de “Apoio ao Micro Empreendedorismo Feminino Ambientalmente Sustentável no Sector do Turismo Rural Visando a Resiliência dos Setores Vulneráveis” e o objetivo do projeto é:

contribuir para a melhoria das condições de vida das mulheres, jovens e famílias, nas zonas rurais marginais de Cabo Verde, apoiando a capacidade de resiliência da população mais vulnerável, com especial atenção para o empoderamento das mulheres, a equidade do género e a sustentabilidade ambiental. (OMCV, 2021, portal online)

Através desse projeto as ONG's querem, apoiar o desenvolvimento de um turismo rural e sustentável onde as comunidades são protagonistas desses projetos. As ações do projeto estão concentradas principalmente na melhoria das residências de algumas famílias, que vão poder receber as visitas de turistas nas suas próprias casas, além de reabilitar as sinalizações de alguns caminhos que se encontram em más condições. Esse projeto ainda pretende realizar ações de formação para os guias turísticos e para as mulheres. Ademais, o projeto engloba os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas Nações Unidas, tais como: Igualdade de Género, trabalho digno e crescimento económico e por último, eco sistemas terrestres e biodiversidade.

Figura 3 - Encontro com as instituições parceiras do projeto turismo rural financiada pela PCN



Fonte: Página do Facebook da OMCV. Disponível em: <https://www.facebook.com/omcvonface>

Com a chegada da Covid-19 no mundo e Cabo Verde como um dos países afetados, a organização produziu máscaras para as famílias em condições vulneráveis nas comunidades do país. Com isso:

até a presente data a OMCV já produziu e distribuiu, a nível nacional, aproximadamente 38.000 (trinta e oito mil) máscaras comunitárias, tendo como principais financiadores a Fundação Stiftung Bildung für Kinder und Jugendliche in Afrika, Berna, Suíça, a Cooperação Luxemburguesa, várias entidades privadas nacionais e a própria Organização. (OMCV, 2021, portal online).

A produção dessas máscaras se deu nos centros de formação profissional da OMCV pelas mulheres costureiras que formaram na organização e trabalham na Cooperativa de Artes e Costura nas localidades de São Domingos, Gouveia, Tarrafal de Santiago, Porto Novo e Ribeira Grande de Santo Antão. Segundo entrevistada Eloísa Gonçalves (2021), as ações realizadas pela OMCV, qualquer que seja ela e principalmente as que são realizadas nas comunidades, sempre tem uma parceria com as associações comunitárias porque elas estão mais presente no dia-dia das pessoas que pertencem as comunidades do que a OMCV que cuja se encontram nas diferentes cidades cabo-verdianas, ou seja, as associações são as principais parceiras/intermediários para realização de quaisquer atividades nos bairros periféricos e nos interiores das ilhas.

Figura 4 - Produções de máscaras comunitárias para as famílias vulneráveis



Fonte: Sítio da OMCV. Disponível em: <http://www.omcv.org.cv/>

Com o estado de emergência declarado no país e o fechamento das fronteiras e do confinamento das pessoas, muitas mulheres ficaram sem emprego e são elas “quem constituem 62,5% do setor informal no Cabo Verde” (<http://www.omcv.org.cv/2021/03/16>). Então, a OMCV que tem como um dos objetivos principais a promoção e defesa dos direitos e deveres das mulheres cabo-verdianas, recebeu um financiamento da TUI Care Foundation¹³ um valor de 9.517 euro para implementação do projeto “Reforço da Capacidade Financeira das Cooperativas Mãos de Cabo Verde”. O projeto

tem uma duração de 6 meses onde serão entregues vários materiais de produção as mulheres das cooperativas, para possibilitar assim a retomada das suas atividades sem considerarem os principais custos das produções. Serão também entregues equipamentos de proteção individual e kits de higiene, onde cada kit terá: álcool gel, álcool 70%, máscaras, lavatório, detergentes diversos e rolos de papel. Essas mulheres participarão de um programa de sensibilização de forma a garantir que o retorno ao trabalho seja feito de forma segura e respeitando sempre as medidas de segurança no combate ao COVID-19. (OMCV, 2021, portal online).

Ainda, esse projeto pretende apoiar as mulheres principalmente na área de produção e comercialização dos seus produtos que permitirão a reintegração nos mercados de trabalhos que foi afetado pela Covid-19, a partir da sustentabilidade e expansão das suas vendas e produções. Portanto, ela vai ser implantada juntos as cooperativas que ficam espalhada nos interiores da ilha de Santiago.

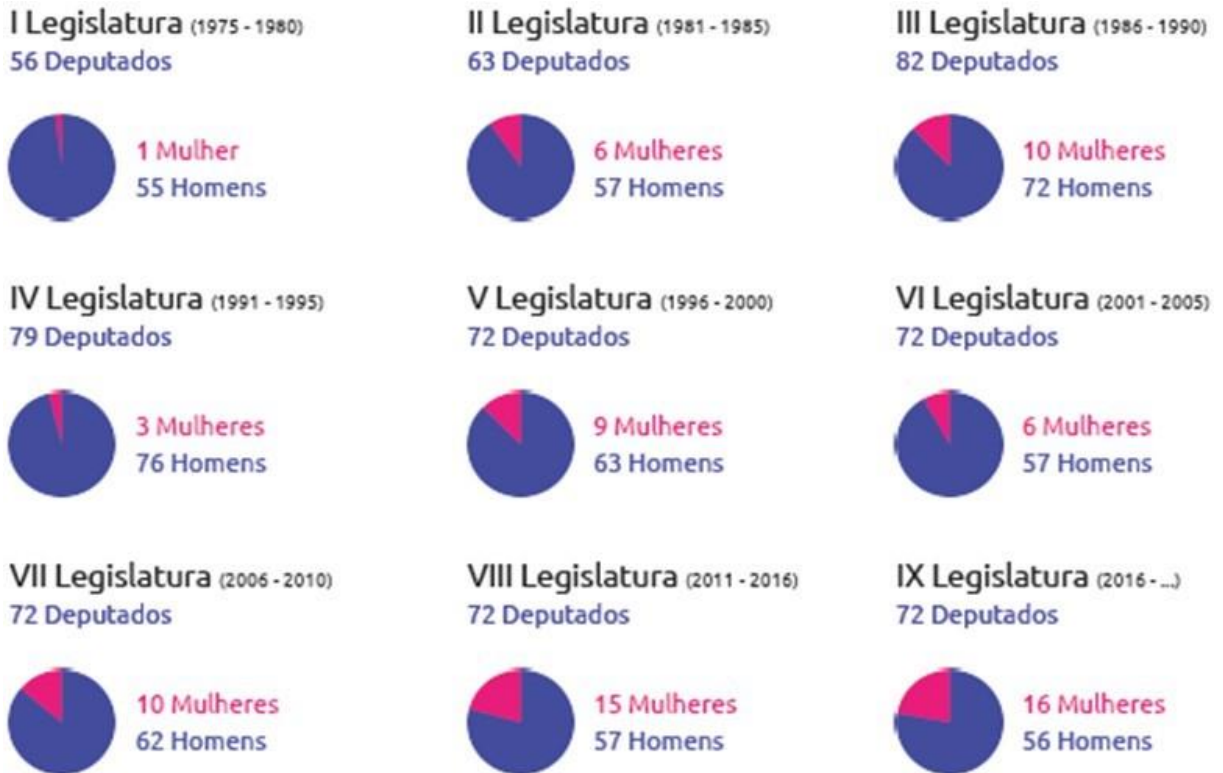
¹³ É uma organização que aproveita o potencial do turismo como uma força do bem apoiando e iniciando parcerias e projetos que criam oportunidades para a geração jovem e contribuem para destinos prósperos em todo o mundo.

Para além desse projeto, a organização obteve o apoio da Embaixada de Canada para implementação do projeto “Apoio às Mulheres Empresárias com Formação e Marketing nas Redes Sociais em Cabo Verde” que trouxe o benefício para cerca de 25 mulheres dos bairros periféricos da capital cabo-verdiana. Contudo, como abordamos mais acima a organização depende muito da ajuda financeira de outras instituições para poder desenvolver e implantar os projetos. Mesmo assim, os projetos desenvolvidos são voltados em prol do bem-estar social e econômico das mulheres cabo-verdianas, principalmente as que residem nos bairros periféricos e nos interiores das ilhas que são mais vulneráveis e excluídas da sociedade cabo-verdiana, o que indica que haja um importante filtro das ações realizadas e as demandas vindas dos financiadores internacionais, o que pode implicar em ações menos pautadas por interesses externos da atuação da OMCV nos territórios.

4.4 PARTICIPAÇÃO DA OMCV NA LUTA PELA CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE PARIDADE PARLAMENTAR

A implementação da lei de paridade parlamentar foi bastante discutida, principalmente pelas organizações e instituições que lutam em prol da causa feminina e da igualdade e equidade de gênero. Em Cabo Verde, a participação das mulheres na política passou muito tempo a ser inviabilizada pelos partidos políticos. Depois da independência e abertura política, as mulheres vêm conquistando espaço importante no seio parlamentar cabo-verdiana. Com base na eleição de 2016, Cabo Verde ocupava o 76º lugar no ranking do *Inter-Parliamentary Union*, tendo 23,6% do seu Poder Legislativo composto por mulheres, junto com os Estados Unidos e o Afeganistão. Podemos acompanhar na figura abaixo o percurso das mulheres no parlamento desde a primeira legislativa até os dias atuais (2016 até 2020).

Figura 5 - Eleições legislativas em Cabo Verde de 1975 até 2020



Fonte: site de RMPCV, 2021¹⁴.

Nesta figura podemos observar a pouca participação das mulheres no parlamento cabo-verdiano. Podemos afirmar que após a muito tempo de luta e com aprovação da lei de paridade em 2019, as mulheres cabo-verdianas obtiveram mais espaço no seio parlamentar cabo verdiano e nas eleições legislativa em 18 de abril de 2021, o parlamento cabo-verdiano superou as demais legislaturas, elegendo 28 deputas e 44 deputados. Mesmo com aprovação da lei, as mulheres continuam em minoria, mas a lei já produziu modificações, uma vez que a representação feminina passou a 38,9% dos assentos, o que implicaria uma classificação de Cabo Verde no IPU na 19ª posição, junto com Argentina e Etiópia e próxima de Moçambique, PALOP que possui melhor classificação neste ranking.

O campo da representação política tem gerado bastante discussão sobre interesse das mulheres na política, ou seja, “a promoção dos interesses das mulheres é um foco central e uma preocupação dos defensores da representação política das mulheres” (Celis et al. 2009). Porém, em Cabo Verde esta lei deu-se num processo tardio devido às discussões políticas e sociais. A Lei surgiu

¹⁴ Disponível em: https://portais.parlamento.cv/rmpcv/mulher_acao_politica.php. Acesso em: 23 de Nov.2021.

Na sequência da Declaração de Rui Vaz, um manifesto conjunto RMPCV, do ICIEG, das associações de mulheres dos partidos políticos e das organizações não-governamentais que lidam com as questões de igualdade de género e direitos das mulheres no país. A Assembleia Nacional assumiu a causa da paridade de género e, desta forma, tornou-se um dos principais aliados da sua estrutura interna, que é a Rede de Mulheres Parlamentares Cabo-verdianas, na implementação do Plano de Ação de Advocacy da Paridade de Género, cujo memorandum de entendimento para a sua operacionalização prática foi assinado, em março de 2018, pela RMPCV, pelo ICIEG e pela ONU Mulheres. (Projeto de lei de paridade ,2019, p.2)

Desta feita, o projeto lei de paridade foi aprovada no parlamento, em 31 de outubro de 2019, obtendo 35 votos a favor dos deputados/as do partido Movimento Para Democracia (MPD) e 27 votos dos deputados/as do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV). E apenas 3 votos contra a lei, dos deputados/as do partido União Caboverdiana Independente e Democrática (UCID). A proposito o objetivo principal desta lei é enraizar a prevenção e o combate à discriminação contra as mulheres e desenvolvimento de políticas de igualdade entre ambos os sexos. Ademais, ao ser aprovado o capítulo 1 do 1º artigo anuncia que:

1. Os homens e as mulheres cabo-verdianas têm igual dignidade e são iguais perante a lei. As desigualdades, que não se fundem em razões de ordem biológica, devem ser objeto de medidas especiais, com vista a garantir a representação paritária de ambos os sexos, em todos os setores da vida pública.

2. A presente lei tem como objeto garantir uma efetiva igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, com vista a eliminação de todas as formas de discriminação e a criação das mesmas oportunidades, nomeadamente no que se refere à participação política e ao exercício de cargos de decisão, visando alcançar uma sociedade mais justa, democrática e equilibrada. (Projeto lei de paridade, 2019, P.3-4)

A OMCV foi uma das instituições cruciais que esteve presente na elaboração do projeto e implementação da lei de paridade e género em Cabo Verde. A assistente social da OMCV afirma que:

A OMCV esteve logo no início na sua primeira reunião entre todas essas instituições de forma a ter uma declaração conjuntas, que foi praticamente a pontapé de saída oficial digamos assim pela questão da lei de paridade, porque já tinha realizado outras reuniões e outras intenções nesse sentido, e a partir daí participamos nas ações da formação para nós enquanto técnicos da instituição, mas também depois fizemos a replicação no terreno. Nós tivemos na elaboração das propostas da lei, participamos das reuniões da aprovação da proposta que os consultores foram contratados, demos os nossos contributos para melhoria, no que acrescentar e o que tirar. Participamos em todo o processo, inclusive estivemos no parlamento no dia da sua aprovação. Nós temos feito sempre relatórios da sua implementação

sobre a prevenção dos direitos das mulheres e uma das recomendações que saíram desses relatórios, foi precisamente a adoção pelo país da lei de paridade. Então participamos em todo o seu processo, desde o seu início até a sua concretização e mesmo com a sua aprovação, nós tivemos um papel fundamental na sua divulgação tanto em ações de formação, sensibilização e fazer o acompanhamento digamos assim das suas nomeações onde é exigida a questão da paridade se está sendo cumprida ou não. (Entrevista com Maria do Carmo, sede da OMCV, 31/08/2021)

Como podemos observar na fala da entrevistada, a OMCV teve a sua participação ativa na elaboração do projeto lei de paridade e foi acompanhada desde a sua aprovação e tem contribuído na sua divulgação e implementação. Portanto, a lei de paridade irá servir como reforço do empoderamento, da igualdade e equidade de gênero no país, ou seja, com a paridade na política a participação das mulheres em outras áreas vão ser incluídas nos debates e nas agendas das políticas públicas governamentais, o que vai ajudar as outras mulheres a emponderar-se.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando os assuntos são movimentos sociais, sempre encontramos as literaturas que abordam o surgimento dos mesmos a partir da década de 1970, deixando de lado as organizações ou movimentos cívicos/anticoloniais que surgiram no continente africano com intuito de conquistar as independências dos países africanos. Porém, na primeira parte do trabalho abordamos algumas teorias dos movimentos sociais que surgiram a partir das inquietações na sociedade norte américa e no ocidente. Contrariando esses teóricos, tecemos um breve debate sobre os movimentos anticoloniais que surgiram em África, demonstrando que antes de 1970 em outro continente já acontecia as mobilizações da sociedade civil para expulsar os colonos.

Focando no objetivo do trabalho, durante a pesquisa constatou-se que a OMCV enquanto organização que trabalha em prol das causas femininas e seu processo de empoderamento, tem desenvolvido vários projetos e políticas públicas, com foco no empoderamento das mulheres cabo-verdianas e a conquista de novos espaços e direitos na sociedade em diversas áreas. Portanto, através da realização dessa pesquisa podemos afirmar que a OMCV em parceria com as outras instituições femininas no país e não só, estão desenvolvendo sinergias para conseguirem alcançar os seus objetivos da organização como: apostando na empoderamento, igualdade e equidade do gênero.

A pesquisa evidenciou que após a aprovação da lei de paridade no país, um projeto que a OMCV esteve envolvida desde a sua elaboração até a sua aprovação e implementação, o seio parlamentar cabo-verdiano passou-se a contar com maior presença das mulheres nessa última eleição legislativa de 2021. Mulheres essas que vem trabalhando ao pé da igualdade com os homens em prol do desenvolvimento de Cabo Verde, embora os homens continuem ocupando a maioria das cadeiras no parlamento e nos espaços de tomada de decisão.

No que tange a empoderamento, a emancipação, a igualdade e equidade do gênero, foi apresentado ao longo do texto vários projetos de ações que a OMCV em parceria com outras instituições criou e implementou para a autonomia das mulheres. Sendo assim, cabe afirmar que a OMCV vem cumprindo o seu objetivo para com as mulheres de Cabo Verde. Contudo, desde a sua criação, a OMCV tem demonstrado a sua importância, contribuindo com a consciencialização das mulheres de Cabo Verde

não só pela importância da sua participação na vida social, política e econômica do país, mas também permitiu e contribuiu para o empoderamento das mulheres.

Referências

- ALONSO, Angela. As Teorias dos Movimentos Sociais: Um Balanço do Debate. **Lua Nova**, São Paulo, 76: 49-86, 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>. Acesso: 29 maio 2020.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. **Desafios da equidade de gênero no século XXI**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, Brasil, 2016.
- BARROS, Miguel. **A sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau: Dinâmicas, Desafios e Perspectivas**. 1ª edi. Bissau, 2014.
- BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.
- BUSSOTTI, Luca; MUTZENBERG, Remo. Movimentos Sociais, Estados e Sociedade Civil em África. Considerações introdutórias. **Cadernos de estudos africanos**, 2016.
- CRAVEIRO, Adriéli V; HANDAN, Karina, O. Os novos movimentos sociais: uma análise crítica em torno desta temática. **Anais eletrônico**. I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos, Londrina - PR, 2015. Disponível em: http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo6/oral/16_os_novos_movimentos.pdf. Acesso 30 maio 2020.
- CARDOSO, H., 2016. O Partido Único em Cabo Verde: Um Assalto à Esperança. 2ª ed. Praia: Pedro Cardoso Livraria.
- CARDOSO, Carlos. **Sociedade Civil, Espaço Público e Gestão de Conflitos: o caso da Guiné-Bissau**. Codesria, Yaoundé, 2008.
- CARLOS, Euzeneia. Movimentos Sociais e Sistema Político nas Teorias dos Movimentos Sociais. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 17 n. 1, p. 15-53, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/intersecoes/article/viewFile/18042/13430>. Acesso: 31 maio 2020.
- CARVALHO, Carla Santo De. **A questão do gênero na agenda pública de Cabo Verde, África**: papel das ONG femininas na luta pelos direitos das mulheres. Praia, 2015.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DUARTE, A, J, M, A. **Direitos das mulheres e Políticas Públicas em Cabo Verde (1991- 2011)**. Análise a partir do Plano Nacional de Igualdade Equidade Género. Coimbra, outubro de 2012.
- DA ROSA, Ivete Samira Martins. **Liderança Organizacional: Mulheres Líderes nas Organizações Não Governamentais**. Estudo de caso-OMCV. Praia, 2011.

DUARTE CRUZ, JM; GARCÍA-HORTA, JB. Igualdade, Equidade de Gênero e Feminismo, um olhar histórico para a conquista dos direitos das mulheres. **CS Magazine**, no. 18, pp. 107-158. Cali, Colômbia: Faculdade de Direito e Ciências Sociais, Universidade Icesi, 2016.

ÉVORA, Roselma. **CABO VERDE: A abertura política e a transição para a democracia**. Cidade da Praia: Spleen Edições, 2004.

GOMES, Vacilio Fortes. **O Contributo dos Movimentos Sociais na Implementação e Consolidação da Democracia em Cabo Verde (1975-1991)**, Mindelo: 2016.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed, São Paulo: Atlas S.A, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GONZALEZ, Débora de Fina. Os mecanismos Institucionais de Políticas para as Mulheres: Caminhos controversos da Institucionalização. In: MATOS, Marlise; ALVAREZ, Sonia E (org). **Quem são as mulheres no Brasil: o feminismo estatal participativo brasileiro**. vol 1. Porto Alegre: Zouk, 2018. P. 57-86

GUERRA, João Paulo. **Memória das Guerras Coloniais**. Editora: Afrontamento, Lisboa, 1994, p. 31.

<http://www.omcv.org.cv/sobre-nos/>

<http://www.omcv.org.cv/2020/11/18/producao-de-mascaras-comunitarias-para-familias-vulneraveis-em-tempos-de-pandemia-covid-19/>

<http://www.omcv.org.cv/2021/03/16/projeto-reforco-da-capacidade-financeira-das-cooperativas-maos-de-cabo-verde/>

<http://www.omcv.org.cv/2021/03/16>)

https://portais.parlamento.cv/rmpcv/mulher_acao_politica.php

LEI DA PARIDADE, Disponível em

https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CCPR/Shared%20Documents/CPV/INT_CPR_ARL_CPV_37522_O.pdf acesso em 26 out.2020.

MADEIRA, João Paulo; REIS, Bruno Carriço (2018). "A construção da democracia em Cabo Verde: do condicionalismo colonial português ao reconhecimento internacional". Notas, **JANUS.NET e-journal of International Relations**, Vol. 9, N.º 1, Maio-Outubro 2018.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; CUNHA; Eleonora Schettini Martins Cunha. **Teorias Democráticas Múltiplos olhares sobre um fenômeno em mutação**.

MATOS, Dandara Silvia. Os movimentos de independência em África: caso de estudo do movimento anticolonialista (MAC). **Revista Eletrônica Discente História.com**, Cachoeira, v. 6, n. 11, p. 76-86, 2019.

MACAMO, Elísio. À procura do ponto de Arquimedes. O descontentamento e a sua modernidade. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; CRUZ E SILVA, Teresa (Org.). **Moçambique e a reinvenção da emancipação social**, p. 267-276. Maputo: Centro de Formação Jurídica e Judiciária, 2004.

MELLO, Fabrício C, de. Reflexões Críticas sobre o Debate em Torno dos Movimentos Sociais na África. **Rev. Can. Edi.** 25, Niterói – RJ, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/viewFile/27930/16323>. Acesso 01 jul. 2020.

MUTZENBERG, Remo. Conhecimento sobre ação coletiva e movimentos sociais: pontos para uma análise dos protestos sociais em África. **Rev. Soc. e Est.** – Vol. 30 Núm. 2. Acesso 14 jun. 2020. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v30n2/0102-6992-se-30-02-00415.pdf>.

POPULAR, A. A. N., 1975. **Lei Sobre a Organização Política do Estado de Cabo Verde de 5 de julho de 1975**. Praia: s.n.

POPULAR, A. N. 1980. **Constituição da República de Cabo Verde de 13 de outubro de 1980**. Praia: s.n.

RIBEIRO, Djamila. Nenhuma mulher pode considerar-se moderna enquanto persistirem as desigualdades. O que é empoderamento feminino. **Ceert**, set. 2016. Disponível em: <https://www.ceert.org.br/noticias/genero-mulher/19280/o-que-e-o-empoderamento-feminino>. Acesso em 16 jan.2022.

SOUZA, Angelita M. Marxismo e Ciências Sociais: Notas sobre movimentos sociais. **Anais eletrônico**, 38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu- MG, 2014. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt20-1/9014-notas-sobre-movimentos-sociais/file>. Acesso em 24 ago. 2020.

TEIXEIRA, Ricardinho Jacinto Dumas. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: entre a sociedade civil e o estado**. Recife: Ed. do Autor, 2015.

TEIXEIRA, Ricardinho Jacinto Dumas. **Estado e Sociedade Civil em Cabo Verde e Guiné-Bissau: Djuntamon para novas relações**. Caderno dos estudos africanos. 2016.

Apêndices

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTAS

A. Entrevista realizada com Eloísa Cardoso Gonçalves, secretária executiva da OMCV, que atua na organização há 12 anos.

I - Contextualização da OMCV

A OMCV surgiu em 1981 no dia 27 de Março como organização de massa inserida numa conjuntura do partido único e era uma organização responsável por todas as questões ligadas às mulheres, ou seja, funcionava como ministério da mulher porque começou a trabalhar a parte da alfabetização porque após a independência ainda tinha grande percentagem das mulheres analfabetas.

Mas também, fez alguns investimentos na criação de rede de jardins infantis¹⁵ que pudessem apoiar as mulheres que quisessem participar nas atividades da OMCV, então teriam onde deixar os seus filhos para a partir daí participar nas aulas e nas outras unidades da organização.

Ainda, a OMCV teve o papel fundamental na questão da saúde sexual reprodutiva e criou programa materno infantil e planeamento familiar que mais tarde passou para o governo de Cabo Verde e estava a trabalhar todas essas questões de saúde sexual da mulher no sentido de fazer com que tivessem menos filhos. Então a OMCV inicialmente teve esse papel de trabalhar os assuntos ligados a família e tudo que diz respeito a mulher, tem a sua participação a nível nacional e delegações em todas as ilhas e em quase todos os conselhos¹⁶, obviamente naquela altura era muito mais dinâmica, mas agora depende muito do dinamismo de quem está a frente, ou seja, depende muito das delegadas.

II - OMCV na luta pela igualdade equidade do género?

Sendo a instituição digamos assim mais ativas que trabalha nessa questão, nós temos trabalhado em todas as vertentes que possam facilitar a participação da mulher a vários níveis na sociedade, seja ela econômica, social e político e assim contribuir

¹⁵ Creche.

¹⁶ Municípios.

para questão da igualdade e equidade fazendo com que as mulheres tiveram mais acesso ao rendimento, informação e que possa participar da melhor forma no desenvolvimento do país.

Na altura da sua criação, em finais de 1990 e 2000 passou também a preocupar com a questão de empoderamento econômico, então daí criou o programa micro finanças dentro da estrutura da OMCV para apoiar as mulheres que não tinham acesso a banca tradicional, então fazemos pequenos empréstimo para atividades seguradora do rendimento, mas atualmente por imposição legal tivemos que fazer uma separação de atividades micro financeiras e atividade social da organização, então criou-se a OMcredito que ficou responsável por toda parte micro financeira e a omcv ficou com a parte social.

III - Relativamente aos casos de feminicídio?

Tem parecido um país né que houve uma altura que tivemos alguns casos, houve uma preocupação nossa enquanto organização não governamental, mas também ICIEG enquanto Instituto público encarregue de igualdade de gênero, então tivemos a trabalhar em concentração no sentido de reativar digamos assim a rede sol (uma rede de instituição que trabalha para igualdade de gênero e para luta contra violência baseada no gênero). nessa rede tem ONG, ICIEG, procuradoria, polícia, hospital, então é uma rede digamos bem composta, para que possamos dar a vítima um apoio mais completo possível. Naquela altura tivemos a Rede sol a funcionar nesse sentido de aumentar o seu trabalho de sensibilização e por outro lado fazer o seu trabalhos junto a procuradoria no sentido de pôr em prática realmente aquele que está na lei, a lei VBG tem sido uma boa lei mas tem falhado em algumas coisas, então nosso trabalho nesse sentido foi mais de fazer com que aquilo que estava na lei seja realmente implementado, através da regulamentação da lei e também tínhamos um procurador membro da Rede Sol e era muito amigo das instituições que apoiou muito nessa questão.

B. Entrevista com Maria do Carmo, assistente social, que trabalha há 36 anos na Organização

I - Projeto ligado ao Estado de Cabo Verde?

Neste momento sim, implementação de plano contingência covid19 é um projeto do próprio governo, mas a FAO CV convidou-nos a apresentar um plano e apresentamos o plano através do projeto REflor, fomos financiado e nesse momento estamos na fase da implementação do plano contingência nos municípios Santa Catarina e Tarrafal de Santiago, sendo duas comunidades de Santa Catarina de Santiago e duas comunidades de Tarrafal de Santiago. Neste momento é esse e também temos na ilha do Fogo o Ministério da família financiado pelo ministério do trabalho português, mas que o ministério de Cabo verde tem alguma participação. Já tivemos alguns outros projetos ligados ao governo que vão apoiar para ser implementado, acho que na verdade o governo tem a noção de que a organização da sociedade civil faz os seus trabalhos digamos assim, estamos mais perto das pessoas e conhecemos mais os problemas que assolam as populações e as nossas comunidades.

II - Lei da Paridade?

Acho que a lei da paridade teve seu caminho muito parecido com a lei de vbg, então foram organizações da sociedade civil, Icieg, rede de mulheres parlamentares e algumas instituições internacionais que começaram toda a mobilização ao longo de dois a três anos para a sua concretização e aprovação no parlamento. A Omcv esteve logo no início na sua primeira reunião entre todas essas instituições de forma a ter uma declaração conjuntas, que foi praticamente a pontapé de saída oficial digamos assim pela questão da lei de paridade, porque já tinha realizado outras reuniões e outras intenções nesse sentido, e a partir daí participamos nas ações da formação para nós enquanto técnicos da instituição, mas também depois fizemos a replicação no terreno. nós tivemos na elaboração das proposta da lei , participamos das reuniões da aprovação da proposta que os consultores foram contratados, demos os nossos contributos para melhoria, o que acrescentar e o que tirar. participamos em todo o processo inclusive estivemos no parlamento no dia da sua aprovação. Nós temos feito

sempre relatórios da sua implementação sobre a prevenção dos direitos das mulheres e uma das recomendações que saíram desses relatórios, foi precisamente a adoção pelo país da lei de paridade. Então participamos em todo o seu processo, desde o seu início até a sua concretização e mesmo com a sua aprovação, nós tivemos um papel fundamental na sua divulgação tanta em ações de formação, sensibilização e fazer o acompanhamento digamos assim das suas nomeações onde é exigida a questão da paridade se está sendo cumprida ou não.

III - Empoderamento

Nós temos procurado sempre o financiamento para ações de formação para que possamos dar às mulheres ferramentas teóricas, mas também prática para o desenvolvimento das suas atividades. Já tivemos vários projetos que contemplam ações de formação ligadas à autoestima, gênero, estudo e gestão de pequenos negócios, contabilidade entre outras áreas mais práticas e depois complementamos com kits para que essas mulheres possam desenvolver as suas atividades para o rendimento. Pronto, é o nosso trabalho basicamente, nós trabalhamos sempre a favor do empoderamento das mulheres, mas o que diferencia é como ou através de que atividade, pode ser através do turismo, comércio informal, artesanato. Então, nosso foco é sempre o empoderamento da mulher, dependendo do financiador ou das áreas que estão sendo financiadas na altura e nós vamos apoiar.

IV - Ações Comunitárias

Várias, tanto nos projetos de atividades e valores de rendimento, entrega de kits, mas também sensibilização. Nós trabalhamos muitos nas comunidades e sempre em parceria com as associações comunitárias, não fazemos nada sem as associações porque a OMCV está no conselho, mas as associações estão nas comunidades. Então não faz sentido nós não trabalharmos em conjunto, então trabalhamos sempre assim em tudo que nós fazemos, raramente trabalhamos no centro urbano. Por exemplo, aqui na cidade da Praia trabalhamos com as zonas¹⁷ periféricas e trabalhamos muito no interior junto às comunidades e não trabalhamos

¹⁷ Bairros.

na OMCV. Se temos a formação vamos até aquela zona, entrega de kits e sensibilização também vamos até as pessoas, temos sempre o ponto focal, as associações ou as pessoas amigas da OMCV onde estamos presentes.

V - ICIEG

Como instituto responsável pela implementação de políticas públicas ligadas à igualdade do género trabalha sempre com a OMCV no sentido de quando o ICIEG tem implementado muitas atividades que anteriormente não era assim, era mais mobilizações e depois passadas as organizações da sociedade civil, mas agora tem implementado e trabalhado muito em parceria com a OMCV e quando não consegue implementar tudo passa para organização da sociedade civil em que na questão da paridade, participação política em seu geral e vida pública. E depois questões específicas ligadas a VBG e ultimamente foi mais paridade e participação política e tem parceria em divulgações de instrumentos que surgem e que possam ser aprovados.

VI - Outros parceiros relevantes da OMCV

Temos ICIEG, embaixada dos EUA, cooperação Espanhola, cooperação luxemburguesa, ONU mulheres, PNUD, UE, ONU, fundação na Suíça, Ministério da família de Portugal etc.

QUESTIONÁRIO DAS ENTREVISTAS

- 1 - Qual é o papel da OMCV na luta pela igualdade e equidade do gênero em Cabo Verde?
- 2 - Qual é o posicionamento da OMCV nos últimos anos perante ao aumento de casos de feminicídio no país?
- 3 - Atualmente a organização tem algum projeto ligado ao Estado de Cabo Verde? Se sim, qual?
- 4 - A OMCV participou da luta pela criação e implementação da lei de paridade parlamentar no país? Em caso afirmativo, você poderia apontar que ações foram relevantes?
- 5 - Qual é o papel da Organização no que tange a emancipação e empoderamento das mulheres de Cabo Verde?
- 6 - Existe algumas ações comunitárias desenvolvida pela OMCV em prol das mulheres Cabo-Verdiana? Se sim, quais são elas?
- 7 - Atualmente a organização possui ação com ICIEGCV? Se sim, aponte alguns exemplos?
- 8 - Há outros parceiros relevantes da OMCV dentro e fora de Cabo Verde?
- 9 - As ações da OMCV estão igualmente distribuídas no território ou estão concentradas em alguns lugares e temáticas?

TERMOS DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado(a) Os Movimentos Sociais e as suas ações políticas: o caso da OMCV (Organizações das mulheres de Cabo Verde) desenvolvida(o) por Walter Gonçalves, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Layla Pedreira Carvalho a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail laylacarvalho@unilab.edu.br.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa.

Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é entender quais são as ações políticas, sociais e culturais adotadas pela OMCV para que as mulheres Cabo Verdianas tenham mais liberdade em diferentes áreas e espaços no qual se encontram em minoria e desvalorizadas.

Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e da Comissão de Ética em Pesquisa da Unilab.

Minha colaboração se fará de forma anônima () / identificada (), por meio de entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização.

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Arbore de Praia, 31 de Agosto de 2021.

Assinatura do(a) participante: Elvira Gonçalves

Assinatura do(a) pesquisador(a): Walter Gonçalves

Assinatura do(a) testemunha(a): _____

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado(a) Os Movimentos Sociais e as suas ações políticas: o caso da OMCV (Organizações das mulheres de Cabo Verde) desenvolvida(o) por Walter Gonçalves, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Layla Pedreira Carvalho a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail laylacarvalho@unilab.edu.br.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa.

Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é entender quais são as ações políticas, sociais e culturais adotadas pela OMCV para que as mulheres Cabo Verdianas tenham mais liberdade em diferentes áreas e espaços no qual se encontram em minoria e desvalorizadas.

Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e da Comissão de Ética em Pesquisa da Unilab.

Minha colaboração se fará de forma anônima () / identificada (), por meio de entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização.

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Cidade da Praia, 31 de Agosto de 2021.

Assinatura do(a) participante: Maria do Carmo Semedo

Assinatura do(a) pesquisador(a): Walter Gonçalves

Assinatura do(a) testemunha(a): _____